

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

*A emergência de uma nova ruralidade
nas sociedades modernas avançadas –
o “rural” como espaço singular e ator coletivo*

De fato, essa sensação de ilimitadas possibilidades, de encontro e movimento, é um fator permanente do sentimento que me inspiram as cidades: um sentimento tão permanente quanto aquele outro que experimento quando, do alto de uma montanha, contemplo a grande colcha de retalhos multicolorida dos campos que gerações de pessoas do meu sangue limpavam e demarcavam com sebes; ou os lugares conhecidos, as fazendas isoladas, o aglomerado de casinhas em torno de um castelo ou uma igreja, a linha do rio, do bosque, da vereda, do caminho; linhas recebidas e linhas traçadas. Assim, ainda que o campo e a cidade guardem esta importância profunda, cada um a seu modo, meus sentimentos já estão comprometidos antes mesmo que tenha início qualquer argumentação (Raymond William).

Introdução

Os chamados países de capitalismo avançado são freqüentemente vistos, senão como modelos, pelo menos como referências que apontam os rumos das transformações econômicas e sociais, que os demais países tenderão, de alguma forma, de vivenciar. Na questão que nos interessa particularmente neste estudo, isto é, as transformações recentes do meio rural e das relações deste com o meio urbano, a enorme efervescência que anima os embates políticos e os debates acadêmicos, especialmente na Europa, está hoje presente entre nós e muitas vezes serve de argumento para a defesa de nossos próprios pontos de vista sobre a realidade brasileira.

Evidentemente, o texto que segue não poderia ter a pretensão de reconstruir toda a complexidade desta realidade; ele pretende, porém, propor uma leitura destes processos, mediante uma bibliografia, que em boa parte é pouco citada nos estudos brasileiros e que, como será visto, constrói uma certa compreensão das transformações em curso. Adotando esta compreensão, interessa-me dar uma maior divulgação no Brasil aos autores que a formulam – e, por esta razão, corro o risco de tornar o texto pesado, carregado de citações – e, sobretudo, explicitar e refletir sobre os procedimentos teóricos e metodológicos que a fundamentam. São eles que me serão úteis, para a segunda parte deste trabalho, ainda em elaboração, cujo tema será o meio rural brasileiro e suas transformações recentes.

Para Kayser (1990: 13), o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Do ponto de vista sociológico, quando se fala em “rural”, aponta-se para duas características que são consideradas fundamentais. Por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat. Trata-se, sem dúvida, das representações do espaço natural e do espaço construído, visto que a “natureza rural”, precisamente porque é rural, isto é, “objeto de múltiplas atividades e usos humanos, é a menos natural possível” (Mathieu e Jollivet, 1989: 15).

Por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Mendras definiu como “relações de interconhecimento”, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais (Mendras, 1976). Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc.

A referência a estas características, no entanto, não pode ser entendida como a busca do que seria uma forma a-histórica do rural. O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto,

ao pesquisador, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes.” (Rémy, 1993).

Como é sabido, a dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, está centrada, fundamentalmente, na importância que nelas assumem os processos de industrialização e de urbanização.¹ Dois olhares se debruçaram sobre estes processos. Um primeiro, que percebeu neles o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas. A agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. Sob esta ótica, assistir-se-ia à progressiva decomposição do campesinato e à constituição das classes sociais do capitalismo no campo; o camponês teria se tornado um agri-cultor – referido, não mais a um modo de vida, mas a uma profissão específica – e um cidadão como qualquer outro. Mais recentemente, afirma-se uma ruptura completa do “agricultor familiar moderno”, em relação à sua história camponesa, analisando-o como o resultado da iniciativa do próprio Estado.

Mas há um outro olhar sobre estes mesmos processos. Sob esta outra perspectiva, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados. O presente trabalho se inspira nesta segunda concepção e a ela se filia.

Para alguns estudiosos, a dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, será resolvida, pela sociedade, com a “vitória” da cidade, cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo. O presente trabalho, ao contrário, baseando-se em fontes distintas, formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um

¹ Não me deterei na análise substantiva destes processos, por demais conhecidos, pela literatura clássica da Sociologia e da Economia.

recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade.

I – A ruralidade, uma construção histórica

De uma maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. Fim dos camponeses (tradicionais), sim, certamente; mas não a morte do campo e a generalização dos subúrbios. O desaparecimento do fosso cavado entre citadinos e rurais pode e deve comportar soluções que respeitem certos traços do meio natural e humano de cada região; ela desemboca em uma nova arte de viver (Juillard, 1973).

1. Da “autonomia relativa” à subordinação da agricultura à indústria

1.1. *As sociedades rurais tradicionais*

O reconhecimento e a delimitação do espaço rural varia de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles. Assim, em certos casos, o meio rural se caracteriza pelo habitat concentrado em um núcleo, que aglutina não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas à vida local (igreja, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde etc.).

Este pequeno aglomerado, unidade social de base do meio rural, ganha nitidez social e importância política quando é reconhecido politicamente, isto é, quando se constitui como um município. Este é o caso em diversos países da Europa, para os quais o “village”² corresponde a uma unidade municipal, e como tal integra, na base, a estrutura político-administrativa nacional. Com efeito, o “village” é, ao mesmo tempo, uma instituição social e política constituinte da sociedade rural e um elemento fundamental do tecido social e político nacional, pois, na maioria dos casos, abriga a sede do poder municipal – tem um prefeito eleito, uma câmara

² O vocábulo, inglês ou francês, “village” corresponde ao vocábulo português “aldeia” ou “vilarejo” e é assim freqüentemente traduzido nos textos brasileiros. Neste texto, escolhi manter a expressão estrangeira, para indicar que, no Brasil, inexistente esta forma espacial de vida social com a complexidade que ela possui nas histórias sociais dos países europeus, inclusive em Portugal, onde, efetivamente, as aldeias são os “villages” locais.

de vereadores – assumindo no nível local os poderes da República e absorvendo suas instituições que são o fundamento da vida civil e republicana do cidadão.

Em outros países, o habitat disperso e a concentração das instituições e dos serviços em níveis espaciais mais amplos tornam o meio rural menos delimitado. Nelson, que estudou a vida rural nos Estados Unidos e no Canadá, considera que o espaço das comunidades rurais é de mais difícil identificação, porque “os agricultores construíram suas casas em sítios separados, alguns em consideráveis distâncias uma das outras”. Ele propõe que se considere como espaço de uma comunidade rural aquele que corresponde à área onde ela realiza o essencial de suas trocas e que “abarca os espaços onde os rurais fazem suas compras e resolvem suas questões; consiste do centro e de um interior que lhe é tributário.” (Nelson, 1954: 59).

Para Mendras, fundador da sociologia rural francesa, as sociedades rurais (camponesas) tradicionais apresentam cinco características: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimento; a presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (Mendras, 1976).

O personagem principal deste mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros personagens, como os artesãos e toda a gama de “mediadores”, convivem com os camponeses, assegurando, através de uma certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros têm como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural.³

Nestas sociedades tradicionais, tais como as consideramos anteriormente, as relações entre o meio rural e o meio urbano foram vistas, sobretudo, como

³ Evidentemente, os grupos e classes dominantes, tais como a aristocracia no período feudal, faziam parte das sociedades rurais, nelas manifestando os conflitos sociais, inclusive aqueles que expressam as relações entre produção e apropriação do sobretabalho, as formas de renda pré-capitalistas.

relações de isolamento ou de oposição:⁴ o meio rural é identificado ao “meio natural”, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada como um “meio técnico”.

Em um artigo publicado no número especial da revista *Études Rurales*, em 1973, Duby analisa a história das relações entre o campo e as cidades na Europa Ocidental. Segundo ele, durante séculos, o motor da história estava no meio rural e as cidades se desenvolveram como “parasitas tutelares”, expressão que indica a dependência urbana em relação ao dinamismo econômico vindo do campo, ao mesmo tempo que o exercício, pela cidade, de funções de dominação sobre o meio rural. Com o tempo, o acúmulo destes poderes terminou por inverter as relações, no sentido de que “as cidades se tornam donas de tudo e o campo verdadeiro servo e subordinado.” (Duby, 1973: 11).

A partir de então, segundo este historiador,⁵ o processo de urbanização muda de “intensidade e de forma”: aumentam as punções sobre o meio rural – que afetam, inclusive, os próprios sistemas de produção e de comercialização –, intensifica-se o êxodo rural e as cidades passam a exercer um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo.

Duby propõe estabelecer uma tipologia regional, que considere dois setores distintos na Europa Ocidental e na França em particular. Num primeiro, “a relação entre a cidade e o campo... se estabeleceu no passado por meio da disseminação de “lugares mediadores”, cuja posição, situados entre a vida citadina e a do “village”, pela atividade de seus “notáveis”, de seus homens de lei, de seus pequenos empresários, de seus comerciantes, foi de importância capital até os primeiros anos do século XX”. Num segundo setor, presente sobretudo nas regiões mediterrâneas, “processos históricos impuseram ao campo formas diferentes de sociabilidade com influência urbana: o habitat, os modos de produção, as relações políticas têm ares citadinos”. Neste caso, o campo foi urbanizado em profundidade, mas se trata de um “muito antigo urbanismo”, também em crise na atualidade (p. 13). É preciso considerar, por outro lado, que as cidades também não são homogêneas e, por conseqüência, as diferenças observadas entre elas afetam as relações que podem estabelecer com o meio rural.

⁴ Cada um a sua maneira, os autores “clássicos” das Ciências Sociais assim consideram as relações entre o mundo rural e o mundo urbano.

⁵ Duby data esta mudança entre o século XII e o XIII.

Juillard, no mesmo número da revista *Études Rurales*, por ele organizado, indica, a respeito deste processo na França, três tipos de evolução possíveis. Em primeiro lugar, as “cidades que permaneceram *rentistas* do solo; o controle da estrutura fundiária por proprietários que vivem na cidade reproduz uma relação de ‘parasitagem’ com o meio rural”. Em segundo lugar, “a cidade ou complexo industrial que cresceu sem laço orgânico com o meio rural que o envolve, esterilizando-o em vez de fecundá-lo”. Finalmente, em terceiro, “a cidade que associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento” (Juillard, 1973: 7).

Se, nos dois primeiros casos, o processo de “urbanização” reflete “o comando das cidades sobre os campos”, no último, Juillard, antecipando-se a uma tendência que assume grande relevo nas sociedades modernas, antevê o desaparecimento da “dicotomia cidade-campo”, por meio do modelo segundo o qual “a cidade associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento.” (p. 8).

Para os objetivos deste estudo, a questão que se coloca consiste em saber se, no contexto das sociedades modernas, ainda é pertinente falar-se em sociedades rurais, isto é, uma pluralidades de pequenas coletividades, em grande parte centradas sobre elas mesmas e relativamente autônomas em suas relações com a sociedade englobante.

1. 2. O desenvolvimento industrial e a modernização da agricultura

Não resta dúvida que as sociedades rurais tradicionais sofreram um intenso processo de transformação: perderam a autonomia relativa que possuíam e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade “englobante”. (Jollivet e Mendras, 1971; Jollivet, 1974). Trata-se, por um lado, de transformações de ordem econômica, que afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional e que se traduziram, especialmente, pela progressiva modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração deste setor aos mercados, inclusive e sobretudo os mercados não locais.

Por outro lado, estas transformações dizem respeito à estrutura e à vida social local. O desenvolvimento industrial, na medida em que se concentrou nos espaços urbanos, reiterou a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural. As conseqüências para este são evidentes e se expressam no que Kayser denominou “círculo vicioso do despovoamento”: o êxodo rural, que se avoluma, “esvazia” o mundo rural de muitos de seus tradicionais habitantes,

particularmente os que possuem um ofício; os contatos com as cidades e a influência da cultura urbana se intensificam, afetando o modo de vida tradicional da população local. Os "rurais" não agricultores, especialmente os artesãos, são os primeiros e mais numerosamente atingidos pelo êxodo para as cidades e para o trabalho industrial. Em consequência deste processo, o meio rural perde progressivamente a população não agrícola, tornando-se, na expressão forte de Jollivet, um *gheto* de agricultores.

O economista Coulomb, cuja análise se refere especialmente à França, seu país natal, afirma que a agricultura foi subordinada ao projeto de industrialização. Em suas palavras, "há 30 anos, o lugar da agricultura no crescimento econômico se definia pela sua importância para a acumulação do capital; no quadro das políticas intersetoriais keynesianas, a política agrícola gerava para a indústria uma reserva de mão-de-obra e a expansão de novos mercados." (Coulomb, 1991: 25).

Historiando este processo, ele afirma que no início dos anos 60, para responder à crise que resultou da estreita subordinação da agricultura, a legislação então adotada expressou um "*compromisso institucional*" (grifos meus) que, mesmo procurando atender às reivindicações referentes à paridade de renda, entre a agricultura e os demais setores, e a uma maior participação dos sindicatos de agricultores nas instâncias administrativas de decisão, reafirmou aquela subordinação.

A modernização da agricultura, longe de modificar este quadro, o reforçou, ao aprofundar a dependência da produção agrícola aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos. De fato, na grande maioria dos países desenvolvidos, desde o período do pós-guerra, o modelo de desenvolvimento agrícola teve como objetivo principal assegurar a auto-suficiência em produtos agrícolas, especialmente em produtos alimentares. Conseqüentemente, as políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência deste setor produtivo, que se expressou na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado.

1.3. A crise do modelo produtivista

Na atualidade, a agricultura continua, sem dúvida, a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento dos países "avançados", tanto mais importante, quanto ela mesma conseguiu modernizar-se e adaptar-se às exigentes condições dos mercados cada vez mais competitivos, garantindo à maioria destes países uma grande margem de auto-suficiência, ao mesmo tempo que uma expansão considerável das exportações de produtos agropecuários.

No entanto, o modelo produtivista entrou em crise a partir dos anos 80. O sucesso, inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente, suas próprias crises. Lamarche aponta três dimensões da "crise" da agricultura (Lamarche, 1993). Em primeiro lugar, a dimensão econômica: ao buscar a auto-suficiência, por meio da maior eficiência tecnológica e comercial, a agricultura moderna produziu, em muitos países, os efeitos da superprodução, com as conseqüências sabidas sobre o próprio dinamismo da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, ela perde cada vez mais o seu peso relativo no conjunto das atividades produtivas e tende a concentrar-se nas áreas mais favoráveis às trocas comerciais.

Hervieu, referindo-se à situação da Europa, afirma que "um prodigioso movimento de concentração se opera, que tende a realocar as produções em função dos lugares de transformação e de distribuição. O triângulo portuário Rouen-Londres-Amsterdã tem um tal poder de atração, que se poderia imaginar um cenário projetivo para 30 anos, no qual 60 a 70% da produção agrícola europeia tenderia a se concentrar ao longo da linha do Mar da Mancha e do Mar do Norte, de Brest a Copenhague." (Hervieu, s/d).

Em segundo lugar, a dimensão social: paradoxalmente, o sucesso do processo da modernização, em especial no que se refere aos índices de produtividade atingidos, teve como resultado a redução da necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho, no conjunto das atividades agropecuárias, terminou por tornar desnecessária à produção parcela importante dos efetivos de agricultores, problema tanto mais grave quanto a conversão para o trabalho nos setores industrial ou de serviços deixou de ser uma possibilidade, em razão da própria dimensão da crise geral do desemprego.

Finalmente, a dimensão ambiental: o uso, muitas vezes excessivo e indiscriminado, dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos

modelos produtivistas, trouxe como consequência o risco de um sério desgaste de recursos naturais. Isto acontecia num momento em que se aprofundava nas sociedades (e não apenas no meio rural) a consciência da necessidade de preservação e de renovação destes recursos.

II – O meio rural nas sociedades modernas: um espaço diversificado

(Na França) os habitantes do campo gozam hoje de todas as amenidades da vida urbana: ... todos os lares são equipados com banheiros, cozinha moderna, máquina de lavar roupa, geladeira, televisão e automóvel. Em todos estes pontos os agricultores e os rurais alcançaram os cidadãos desde 1970 e em outros, eles conservam vantagens (dimensão da moradia) ou as adquirem (*freezer*) (Mendras, 1984).

As transformações mais recentes do meio rural são o resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural. Estes processos mais gerais serão aqui apenas mencionados:

- a) a globalização da economia em seu conjunto;
- b) a presença cada vez maior das instâncias internacionais—ou macrorregionais—na regulação da produção e do comércio agrícolas;
- c) a profunda crise do emprego, que atingiu as sociedades modernas em seus diversos setores;
- d) as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação.⁶

Internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade.

2. 1. *O meio rural se torna atrativo para outras categorias sociais de origem urbana*

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua

⁶ Estes temas têm sido objeto de uma extensa bibliografia, em todos os países, cuja referência escapa aos objetivos deste trabalho.

capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais.

Internamente, a dinâmica social do meio rural é o resultado da convergência de diversos fatores. Antes de mais nada, a *descentralização econômica*. Com efeito, o desenvolvimento industrial e comercial, bem como a disseminação espacial dos serviços,⁷ rompe com a já antiga vinculação entre industrialização e urbanização, e cria as condições para que plantas industriais e centros comerciais se instalem em certos espaços rurais, beneficiando-se, precisamente, de vantagens locais, de caráter econômico e social.

Ao mesmo tempo, nas sociedades que se desenvolveram economicamente, a distância – física e social – que tradicionalmente existia entre os habitantes do campo e da cidade foi sendo, pouco a pouco, reduzida. A “paridade” *econômica e social* foi o resultado, sobretudo, da efetiva expansão das cidades, das crescentes facilidades de acesso da população rural – tanto aos bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – e da tendência à uniformização dos modos de vida.

As diferenças observadas no que diz respeito aos principais indicadores econômicos e sociais já não apontam para uma grande disparidade entre uns e outros. Jollivet (1997: 91) refere-se à “modernização rural” para indicar as transformações ocorridas nas condições de vida dos habitantes do campo.

Estes fatores criaram as condições para que as populações rurais e urbanas passassem a interagir cotidianamente em diferentes e múltiplas dimensões da vida social.

Finalmente, cabe considerar o *crescimento demográfico*. Além da paridade social e da modernização rural, lá onde elas se efetivaram, a adoção de certas políticas de caráter econômico (como, por exemplo, uma maior facilidade nos transportes e meios de comunicação), social (a diminuição da idade da aposentadoria) e regional (estímulos ao desenvolvimento local) favoreceu, tanto a redução dos fluxos migratórios do campo para as cidades como a atração o meio rural de outras categorias sociais.

⁷ Estes processos não são recentes, mas se aprofundam na atual fase pós-fordista do desenvolvimento das sociedades modernas.

Com a população não agrícola em ascensão, ao mesmo tempo em que se reduzia a população ocupada na agricultura, a diversidade econômica é acompanhada de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais, nos quais convivem categorias sociais distintas; os agricultores são freqüentemente minoritários e “a agricultura deixa de ser um fator de povoamento” (Jollivet, 1975: 145). Ele fazia coro às observações de Mendras, para quem “... haverá cada vez menos agricultores no campo porque a população agrícola ativa diminui mais rapidamente do que a população rural. Como há um século, o povo do campo será formado por não-agricultores...” (Mendras, 1984: 348).

Este processo, reforçado pela “crise” do modo de vida urbano, assumiu, na maioria destes países, uma tal proporção, que conseguiu reverter a tendência histórica de esvaziamento econômico e social do meio rural, sendo identificado a um processo de “renascimento rural” (Kaiser, 1990) e mesmo a uma “extraordinária vitalidade reencontrada das localidades rurais” (Mendras, 1984: 374).

Kayser formula uma hipótese geral a respeito, segundo a qual o renascimento rural “é o resultado da difusão, no espaço, dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade” (p. 81).

Questionado por uns, que o viam apenas como a expansão dos espaços suburbanos e, portanto, da própria cidade, ou um fenômeno passageiro de caráter conjuntural, o renascimento rural se confirma nos países desenvolvidos, não apenas nas áreas rurais maiores, mas também nos pequenos municípios e, não apenas nas áreas rurais sob a influência direta das cidades próximas, mas também naquelas mais distantes e relativamente isoladas. Por outro lado, a vida no meio rural atrai hoje tanto pessoas idosas, aposentadas, quanto jovens em plena atividade produtiva.

2. 2. *Atores coletivos no meio rural*

No espaço diversificado, em que se tornou o meio rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos grupos sociais pode ser fator de dinamismo ou fonte de conflito.

A “nova vitalidade social (que) brota de todos os lados em cada um dos municípios, mesmo os menores” (Mendras, 1984: 375), é, desde então, capaz de atrair a juventude, ao oferecer espaços e ocasiões de lazer e, sobretudo,

alternativas profissionais locais. Para Mendras, com efeito, “o renascimento da vida rural foi obra de jovens rurais que se recusaram a deixar seu “village”, encontrando os meios de viver no local ou indo trabalhar nas cidades vizinhas. (Mendras, 1984: 392).⁸ Ao mesmo tempo, o meio rural atrai um grande número de aposentados, boa parte dos quais reencontravam suas origens rurais, após o período de atividade produtiva. Dispondo de recursos e em condições de aproveitar a “terceira idade”, esta população é, com freqüência, ao contrário do que tradicionalmente se afirmava, uma fonte de dinamismo e animação local.

Mas a proximidade de grupos distintos no meio rural pode também gerar tensões e conflitos. As distinções se expressam freqüentemente entre os antigos habitantes e os recém-chegados, ou os “de dentro” e os “de fora”.⁹ Para os primeiros, a presença de “estranhos” pode provocar sentimentos de que o seu ambiente de vida não corresponde mais a um espaço de interconhecimento, no qual está inscrita sua própria história social, e que ele pode ser profundamente afetado pelos usos da terra e da paisagem rurais para fins diferentes.¹⁰

Como afirma Fitchen, “o espaço, como um todo, tanto quanto cada parcela individual de terra, tem uma história social conhecida e referenciada pela população local e o próprio termo ‘locais’ ou população local é uma forma de associar a população em relação ao espaço”. (Fitchen, 1991: 251). Referindo-se à zona rural do Estado de Nova Iorque, por ela pesquisada, conclui: “embora as pessoas estejam seguras de que são ‘residentes rurais’, de que vivem num lugar rural e que adotam um estilo de vida rural, estão menos certas do que o ‘rural’ pode significar nestas circunstâncias.” (1991: 248).

Para além das dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é o rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais.

Para Marsden e Murdoch (1993 e 1994), uma localidade rural é percebida como uma *meeting place* (grifos meus), lugar de confluência de distintos atores

⁸ Mendras refere-se, especialmente, aos jovens rurais da Bretanha, região que historicamente foi ponto de partida de um forte movimento de êxodo rural.

⁹ Esta distinção é muitas vezes subjetiva, podendo um grupo instalado há mais de 20 anos em uma área rural ser considerado pelos antigos moradores como “de fora”.

¹⁰ Isto não impede que os próprios grupos locais antigos reivindiquem a instalação de empresas industriais e de serviços, e que eles mesmos tomem iniciativas no sentido de atrair a população urbana para o chamado “turismo rural”.

coletivos, que estabelecem entre si relações sociais variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. Gera-se, assim, um confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais, particularmente em torno de algumas questões centrais – agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc.

Neste campo de confrontos, três posições principais se enfrentam. Uma primeira, que atribui prioridade à *destinação produtiva* do meio rural, nos termos já analisados anteriormente.

Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar o conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser prioritariamente produtivos para se tornarem *espaços de consumo*, voltados em especial para as atividades relacionadas às funções *de residência e de lazer*, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos.

Finalmente, uma terceira percepção também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do *patrimônio ambiental* a ser preservado contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não.

Segundo Mathieu, o debate sobre o rural, sobretudo a partir dos anos 80, foi profundamente marcado pela impregnação dos espaços rurais pela problemática do meio ambiente. Os fatos que deram origem à crise ecológica, especialmente os que ocorrem no meio rural e dizem respeito a práticas agrícolas poluidoras e predatórias, “conduziram a reintroduzir a noção de natureza no espaço rural.” (Mathieu, 1990: 39). Para esta autora, “não é mais apenas a natureza, suporte da atividade agrícola, mas uma natureza pluridimensional, onde os elementos água, ar, terra... retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema.” (p. 40).

O quadro geral deste discurso é dado pelo crescente aprofundamento da consciência ambiental mais ampla (não apenas rural), no bojo da qual emergiu

uma crítica contundente ao modelo “produtivista”, até então dominante nas atividades agropecuárias e responsável pela degradação dos recursos naturais. Sua incidência sobre o meio rural foi igualmente favorecida pelas repercussões de certos eventos, tais como a revolta de maio 68, na França, cuja ideologia colocou em questão a forma como era percebida a vida no campo e na cidade, trazendo à tona um discurso de valorização da natureza, do meio rural a ela associado e do modo de vida camponês. Nesse mesmo momento, fala-se em um “campo reinventado” e em uma “neonatureza” e registra-se um movimento, que será crescente a partir de então, de busca ou de retorno ao rural, especialmente entre os jovens (Marié e Viard, 1988).¹¹

A análise de Archambault a respeito do espaço rural da cidade de Laval, no Canadá, ilustra de forma muito interessante este processo de reinvenção da natureza (Archambault e Godbout, 1988).

A cidade de Laval, na província canadense do Quebec, foi criada em 1965, pela fusão dos 14 municípios até então existentes na Ilha de Jesus. Os planejadores pretendiam transformar toda esta área em um grande e moderno aglomerado urbano, onde, evidentemente, floresceria uma agricultura moderna, mas onde não haveria lugar para um meio rural, visto por eles como resíduo da sociedade tradicional. Apesar das tentativas para reforçar o caráter urbano de Laval, as áreas reservadas para a agricultura continuavam a ter uma grande importância, transformando-a em um espaço valorizado como “cidade-campo”.

Partindo desta identidade territorial, os diversos grupos, social e politicamente organizados, polarizam suas posições, defendendo o espaço agrícola, ora como um espaço prioritariamente produtivo, ora como um espaço de preservação ambiental. A consequência deste embate foi a ressignificação do “rural”, expressão que nos discursos dominantes é substituída por meio ambiente a ser preservado com um bem para todos. “A problemática mudou completamente: diferentemente do “rural”, o “meio ambiente” se refere a um modelo, não em vias de desaparecimento, mas em emergência e em conflito com o modelo econômico dominante.” (p. 453).

¹¹ Ver também o interessante livro de Mendras, no qual, parodiando a “utopia camponesa” de Chayanov, ele dá asas à imaginação, descrevendo o que poderia ser uma sociedade rural, em um país constituído em consonância com os valores e ideais de maio de 1968. (Mendras) (Chayanov).

Evidentemente, não é possível atribuir, de maneira rígida, a exclusividade de cada uma destas posições a um determinado grupo ou categoria social. Assim, se o discurso do rural como espaço produtivo é atribuído aos agricultores, outros indivíduos e grupos, envolvidos em outras atividades produtivas (mineiras e industriais, por exemplo), também o assumem; é evidente, além disso, que os mesmos agricultores têm um "projeto residencial" no meio rural e o defendem, não apenas como um campo econômico, mas sobretudo como um lugar de vida. Da mesma forma, o discurso ambientalista, crítico do modelo produtivista de uso dos recursos naturais, é também defendido por parcela significativa dos agricultores, sensíveis à preservação ambiental; finalmente, nada impede que trabalhadores industriais e a classe média que vivem no campo tenham projetos "produtivos" para suas propriedades rurais.

Neste campo de forças, é importante perceber que os interesses e os projetos particulares não se originam exclusivamente da área rural. Certas concepções a respeito do meio rural podem também ser gestadas no meio urbano e reivindicadas por grupos citadinos. Willits e Luloff, em seu estudo sobre a Pensilvânia, compreenderam que a percepção da população urbana sobre o meio rural pode influenciar as políticas públicas e privadas destinadas às áreas rurais. Em suas palavras, "os valores rurais constituem não só importantes aspectos da herança da nação, como também são relevantes no mundo de hoje. (Os habitantes das cidades) pensam que os modos de vida rurais, os espaços abertos e as atividades agrícolas devem ser protegidos e preservados e consideram as áreas rurais como mais acolhedoras, saudáveis e menos estressantes do que outras áreas." (Willits e Luloff, 1995: 457).

Do mesmo modo, e levando em consideração o poder de pressão, Howard Newby demonstra como as políticas públicas para o meio rural, no período do pós-guerra, na Inglaterra, sofreram duas ordens distintas de influência: por um lado, a reivindicação de uma intervenção mais intensa, com o objetivo de melhorar as condições de vida e de trabalho; por outro lado, e em sentido inverso, uma postura de defesa do meio rural contra a influência do desenvolvimento urbano, como, por exemplo, a reivindicação do controle do acesso à terra por indivíduos e empresas urbanas. Segundo Newby, a preservação do meio rural, que terminou por se incorporar aos planos de desenvolvimento, significou sob muitos aspectos a reprodução do modo de vida tradicional que, ao contrário do que se apregoava, supunha profundas diferenças no seio mesmo da população rural (Newby, 1987: 251).

É preciso, portanto, em cada caso, considerar a composição social e a polarização entre os interesses existentes e avaliar a capacidade de organização, de representação e de negociação de cada grupo envolvido. Estes elementos podem, inclusive, constituir os fundamentos para a construção de tipologias dos espaços rurais.

Referindo-se especificamente à Inglaterra, Marsden e sua equipe de pesquisadores propõem uma tipologia dos espaços rurais baseada no que denominam as “trajetórias do desenvolvimento”. Para elaborá-la, utilizam quatro parâmetros: *econômicos* (a estrutura da economia local, sua diversidade, papel do Estado); *sociais* (estrutura demográfica, influência da classe média, proporção dos aposentados na população local); *políticos* (ideais de representação, formas de participação, confronto de interesses) e *culturais* (atitudes dominantes sobre a propriedade e o uso da terra, e senso de pertencimento à localidade/comunidade).

Com base nestes dados, identificaram quatro tipos-ideais de meio rural na Inglaterra, definidos em função das relações encontradas entre os atores coletivos considerados:

- *o campo preservado*: marcado pela presença majoritária da classe média de origem urbana, com sua concepção própria de ruralidade, em oposição sobretudo aos interesses dos grupos ligados à produção agrícola;
- *o campo contestado*: os produtores agrícolas conseguem orientar os processos de desenvolvimento em função de seus interesses, gerando freqüentemente conflitos entre estes antigos grupos e outros, mais recentemente instalados no local;
- *o campo paternalista*: os processos de desenvolvimento são diretamente influenciados pela predominância de grandes proprietários rurais. Adotando atitudes paternalistas diante da população local, são menos sujeitos às pressões externas e dos demais grupos locais;
- *o campo clientelista*: encontrado em áreas menos favorecidas, onde a agricultura e suas instituições dependem diretamente de subsídios estatais, que se orientam em função do bem-estar da “comunidade” (Murdoch e Marsden, 1994: XI).

Os autores citados chamam a atenção para a importância crescente da classe média de origem urbana no meio rural. Esta constrói um discurso próprio sobre a ruralidade, tendo como base uma “visão idílica” do meio rural – o contato direto com a natureza e a participação na vida comunitária – que o transforma

em um “espaço de amenidades” e que se expressa na defesa da expansão de atividades ligadas ao lazer e aos espaços residenciais e na oposição à presença de indústrias e de trabalhadores industriais. Em certas áreas rurais, esta é a ruralidade hegemônica, que vem a ser um elemento fundamental da própria formação da classe média inglesa.

Em trabalho mais recente sobre a Europa, Mathieu privilegia a função residencial na análise das relações entre o meio rural e o meio urbano. Para ela, “há uma tendência a se subestimar o fato de que o modo de habitar é uma parte importante daquilo que faz a diferença entre o rural e o urbano nas representações coletivas” (Mathieu, 1996: 188). Ela distingue cinco modelos de habitat, que correspondem a “heranças históricas, a modos de funcionamento e a organizações materialmente distintas e talvez – mas seria necessário pesquisar – a maneiras de pensar a cidade e o campo e suas relações:

- *modelo mediterrâneo*: a cidade é diferente do campo que a cerca, mas mantém com ele fortes relações, que implicam inclusive deslocamentos freqüentes ou mesmo cotidianos. Observa-se, nestes casos, uma importante densidade demográfica local;
- *o modelo latifundiário*: ao contrário do primeiro, supõe uma fraca densidade populacional e um maior distanciamento entre as populações rural e urbana; a paisagem rural é dominada pelas atividades agrícolas;
- *o modelo inglês*: “o campo é mais uma paisagem do que um espaço com função agrícola”; freqüentemente a cidade se estende sobre o campo, ao mesmo tempo que a “natureza está presente na cidade”;
- *o modelo das regiões industrializadas*: a cidade se torna o espaço do trabalho;
- *o modelo francês*: constituído por uma rede que interliga os “villages”, as pequenas cidades e as cidades maiores (Mathieu, 1996: 190).¹²

Vale a pena referir-se mais demoradamente a duas pesquisas que, entre tantas outras, ilustram a compreensão do meio rural moderno como um lugar de “encontro” de pessoas e grupos de origens diferentes, em situação ora de confronto, ora de integração.

¹² Ver, neste texto, especialmente a análise a respeito das representações da “cidade como habitat moderno e universal e o rural como “não-lugar”.

a) “Uma visão endogâmica do mundo”

Bodson realizou uma interessante pesquisa em comunidades rurais (“villages”) belgas (Bodson, 1993). O uso generalizado do automóvel e o acesso facilitado pelas modernas vias de comunicação permitiam que, na maioria dos casos, os habitantes do meio rural mantivessem estreitos contatos com as cidades, inclusive os grandes centros metropolitanos. Além disso, alguns deles ou os seus cônjuges tinham origem urbana.

Mesmo sem poder apresentar aqui a riqueza de situações que o pesquisador revela ao estudar esta população, chamaria a atenção para suas observações centrais. Em primeiro lugar, a constatação de que viver no meio rural é uma escolha pessoal, baseada na convicção de que, ao contrário da cidade, o meio rural se caracteriza pela disponibilidade de espaço e pelas relações sociais de interconhecimento. Tomo a liberdade de citar a intervenção de um dos seus entrevistados. “Não gostaria de morar na cidade. Não sei... Gosto muito da natureza, gosto de ter espaço... não chegar em casa e só ter um pequeno lugar para colocar uma cadeira. Gosto muito de ter em minha casa um... um lago, árvores frutíferas, grama, roseiras, bem, gosto muito da natureza. É sobretudo isto”. Evidentemente, não interessa ao pesquisador conferir se a visão apresentada da cidade é ou não correta; seu objetivo é compreender como a referência ao rural gera fatos e identidades sociais.

Em segundo lugar, Bodson constrói uma variável sintética, por meio de uma complexa rede de relações entre o lugar de origem dos entrevistados e dos seus cônjuges, o lugar de residência e as práticas matrimoniais. O autor formula uma questão central: “quem traz quem”, isto é, qual dos cônjuges – homem/mulher, originário do próprio “village”, de outro “village” ou de origem urbana – desloca o outro para sua área de origem, ou, inversamente, deixa o seu local de origem e passa a viver, com o casamento, no local de origem do outro. A análise das respostas permite demonstrar o significado profundo que as pessoas atribuem ao mundo rural, visto não de forma abstrata, mas em função de suas próprias trajetórias individuais, que englobam as experiências passadas e as escolhas presentes e futuras, tais como o casamento. É importante observar que, no discurso formulado, o que define o modo de vida destas pessoas não é o fato de ter acesso freqüente e intenso às cidades: ao escolher viver no meio rural – e as práticas matrimoniais expressam as implicações desta escolha – elas constroem, em sua vida cotidiana, o que o autor denomina “uma visão

endogâmica do mundo”, que, ao se distinguir do universo das cidades, assume uma configuração espacial.

b) “Real country person” x “city person”

Partindo do mesmo pressuposto, do confronto entre interesses diferentes, Bell (1992) pesquisou a comunidade rural de Childerley, localizada nos arredores de Londres. Na verdade, o que particulariza a localidade escolhida é a grande proximidade com a capital londrina e seus subúrbios, com os quais os habitantes de Childerley mantêm contatos cotidianos. Interessava, portanto, ao pesquisador saber em que medida esta localidade poderia ser considerada rural e como ela é percebida pelos seus habitantes.

Utilizando o conceito de *continuum* rural-urbano e admitindo que a representação do *continuum* é um fato que o torna real e, portanto, gera conseqüências sociais e constrói uma fonte de identidade legitimada, Bell analisou as representações que a população local elabora a respeito da vida rural e de suas relações com o mundo urbano. Segundo ele, esta população acredita nas diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, que se expressam, particularmente, por ser o campo mais comunitário e a vida rural, mais próxima da natureza. Viver em Childerley é, fundamentalmente, uma escolha de seus habitantes, justificada pelo fato de que “não queriam residir na cidade nem no subúrbio”. Nesta escolha prevalece a valorização do que é percebido como particularidade do meio rural, em especial no que se refere à proximidade com a natureza e ao estilo de vida nele dominante; trata-se de uma vida considerada mais tranqüila, onde as relações sociais são baseadas no conhecimento pessoal e onde se pode viver “a vida como era no passado”. Estas mesmas referências estão presentes, inclusive, no discurso daqueles que “lamentam o declínio do village”, afirmando que Childerley “não tem mais identidade”, tendo se tornado um “dormitório”.

Além das especificidades propriamente espaciais, os habitantes locais evocam as referências identitárias. De fato, as formas diferenciadas de inserção na comunidade local estão na base da distinção que os próprios habitantes estabelecem entre uma “real country person” e uma “city person”, e se polarizam em conflitos e em movimentos sociais concretos. Bell cita, em especial, um conflito que opôs pessoas ricas, vindas de fora, aos trabalhadores de origem local, em torno das políticas públicas de construção civil. Considerando que “os ricos que vêm de fora percebem o campo como uma situação de privilégio e status

e não como seu lugar”, os trabalhadores locais se afirmam como o verdadeiro “country people” e reivindicam a prioridade nas construções – “villages homes for villages people” – o que é contestado pelos de fora, sob o argumento de que isto faria baixar o valor dos imóveis.

O que chama especialmente a atenção, na análise de Bell, é o uso que ele faz do conceito de *continuum* rural-urbano que, se por um lado, permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o meio urbano, por outro lado, reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. Em suas palavras, “o *continuum* rural-urbano permanece uma importante fonte de legitimação, motivação, compreensão e identidade.” (p. 79). Trata-se, neste caso, de um *continuum* rural-urbano, no qual os pólos rural e urbano mantem a heterogeneidade, bem ao contrário da visão difusionista, como veremos mais adiante.

2. 3. *A heterogeneidade espacial*

Evidentemente, a transformação do meio rural, longe de ser um processo homogeneizador, resulta em uma profunda diferenciação dos espaços rurais, tanto no que se refere aos espaços urbanos, quanto internamente, constituindo uma rede de relações que se desenham entre situações urbanas e situações rurais, ambas bastante heterogêneas.

2. 3. 1. *As definições “administrativas”...*

Cada país “reconhece” o seu meio rural e o delimita em função de determinados critérios. Obviamente, seria impossível recensar neste texto todas as definições oficiais em uso, que correspondem, em cada caso, aos recortes administrativos e de gestão do território. No box a seguir, transcrevo um interessante quadro das definições oficiais do meio rural, adotadas nos países europeus, no qual se pode perceber a diversidade de critérios e, por conseguinte, de concepções do rural e do urbano.

É possível uma definição europeia do mundo rural?¹³

As definições utilizadas nos 12 países da Comunidade Europeia apóiam-se em uma multiplicidade de critérios, ao ponto que, em certos países, não existe uma definição oficial claramente enunciada.

Na *Bélgica*, dois sistemas de classificação se combinam, um referindo-se aos municípios e levando em conta sua população e seu crescimento, o outro em função do lugar da agricultura no espaço habitado.

Na *Dinamarca*, duas abordagens podem ser distinguidas, uma procedendo da regulamentação da construção: as zonas rurais são, então, aquelas onde a agricultura tem prioridade; a outra, através das estatísticas: são considerados como rurais toda região que conte menos de 200 habitações ou todo município que compreenda uma população entre 4.000 e 10.000 habitantes.

Na *França*, a definição mais corrente retém como rurais os municípios com menos de 2.000 habitantes. Como esta definição não parece mais pertinente, uma distinção suplementar foi acrescentada: as Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo "fora das ZPIU".

Na *Alemanha*, existe uma tipologia de diferentes coletividades territoriais que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população. Nesta tipologia, existem regiões definidas pela sua "vocação agrícola".

Na *Grécia*, não há definição; em sua falta, o critério da densidade populacional (30 hab./km²) é utilizado.

Na *Itália*, não existem critérios para diferenciar o meio urbano do meio rural, mas são qualificados de rurais os municípios de menos de 10.000 habitantes. Os municípios são classificados segundo 13 critérios.

Na *Irlanda*, o critério de 100 habitantes distingue os "distritos urbanos" dos "distritos rurais".

Em *Luxemburgo*, o rural não é distinto do urbano. As zonas rurais estão incluídas na tipologia das zonas urbanas.

Na *Holanda*, é através dos planos de utilização do solo que se opera a distinção, muito clara, entre zona rural e zona urbana.

Em *Portugal*, não há definição oficial do mundo rural

Na *Inglaterra*, o espaço rural é o espaço residual do urbano, que dá lugar a uma classificação muito fina a partir da utilização dos solos.

¹³ Marie-France Epagneul. Fonte: CEPFAR (Centre européen pour la promotion et la

Apesar de todas as transformações observadas, é possível afirmar, como já foi dito anteriormente, que o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais. Entre as cidades e o meio rural se interpõem “descontinuidades” (Mathieu, 1990: 37), que fazem deste último um espaço marcado por certas características fundamentais: a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequena dimensão; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem.

Estes critérios estão presentes nas diversas definições do meio rural. A “Carta europeia do espaço rural”, por exemplo, afirma: “As partes agrícolas (inclusive a silvicultura, a aquacultura e a pesca) e não agrícolas de um espaço rural formam uma entidade distinta de um espaço urbano, que se caracteriza por uma forte concentração de habitantes e de estruturas verticais ou horizontais.”¹⁴

Aparentemente, estas características parecem reproduzir as definições tradicionais das sociedades rurais. Porém, o que muda, de fato, nas sociedades modernas, é que este meio rural não é mais um espaço isolado do meio urbano; ao contrário, cada vez mais ele se insere, de modo diferenciado, sem dúvida, na sociedade moderna e incorpora suas mais profundas influências.

2. 3. 2. ...e as tipologias dos espaços rurais

A elaboração de uma tipologia dos espaços rurais tem como objetivo identificar a *dinâmica interna* e a *dinâmica externa* de cada situação. A primeira se define, principalmente, em função de três eixos: a sua inserção em uma “trama espacial rural” (Jean s/d); os usos e as funções predominantes e a *potencialidade* de cada espaço rural, no sentido de assegurar o seu futuro na sociedade moderna.

formation en milieu agricole et rural). État des lieux de la ruralité dans la Communauté: les réalités face à l'approche communautaire. 1990. * Traduzido e transcrito de: Mathieu, 1990: 214.

¹⁴ Trata-se de um documento proposto aos países-membros, pela Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa. Nele o espaço rural é definido como “uma zona interiorana ou costeira, inclusive os “villages” e pequenas cidades, na qual a maior parte das terras é utilizada para: a) – a agricultura, a silvicultura, a aquacultura e a pesca; b) – as atividades econômicas e culturais dos habitantes desta zona (artesãos, indústrias, serviços etc); c) – o desenvolvimento de zonas não urbanas de lazer e de distrações (ou de reservas naturais); d) – outros usos, tais como a moradia.”

Kayser, por exemplo, distingue quatro tipos de espaços rurais nos países desenvolvidos:

- a terceira coroa periurbana, “na qual os processos de urbanização afrontam uma agricultura e uma sociedade rural em pleno funcionamento, e mesmo em pleno vigor”;
 - os espaços caracterizados por uma economia agrícola produtiva e exercida em caráter profissional;
 - o espaço rural “profundo”, marginal, empobrecido e pouco moderno;
 - os espaços rurais marginais, onde há implantação de atividades urbanas que o revigoram (Kaiser, 1990: 29).
- Em trabalho mais recente, o mesmo Kayser propõe uma tipologia que distingue três categorias de espaço rural:
- “os espaços em vias de despovoamento e de abandono”;
 - o “espaço periurbano” que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola;
 - “o meio rural vivo”, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias.

A dinâmica externa é o resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, ao passo que os mais distantes das cidades são considerados como o “rural profundo” ou “remoto”.

É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço periurbano, aqui considerado, é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Jean, o periurbano “não evolui para urbano”. Da mesma forma, o “rural profundo”, onde também se encontram cidades que frequentemente funcionam como pólos centralizadores locais, está integrado à sociedade e, em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural.¹⁵

¹⁵ Para a OCDE, as áreas rurais remotas não são necessariamente áreas isoladas e distantes dos centros urbanos. “Algumas áreas próximas de centros urbanos são remotas em razão de barreiras topográficas, culturais ou técnicas, enquanto outras áreas, muito distantes de grandes aglomerados populacionais podem ser facilmente acessíveis se a infra-estrutura de transporte é boa.” (OCDE, 1998).

Vejam, a seguir, algumas das tipologias elaboradas com base nestas relações entre a dinâmica interna e externa dos espaços rurais.

a) A diversidade do meio rural e de sua população nos Estados Unidos¹⁶

Nos Estados Unidos, como é sabido, as estatísticas oficiais levam em conta dois níveis de análise (USDA s/d). O primeiro diz respeito à distinção entre áreas metropolitanas e áreas não metropolitanas. As áreas metropolitanas correspondem às que possuem uma ou mais cidades com pelo menos 50 mil habitantes, bem como os municípios a elas economicamente vinculados. As áreas não metropolitanas são as que se encontram fora dos limites das áreas metropolitanas e não possuem cidades com 50 mil habitantes ou mais. O segundo nível aponta para a caracterização das áreas rurais, que são aqueles aglomerados que têm até 2.500 habitantes e que podem ser encontrados tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas não metropolitanas.

A população rural americana em 1990, atingiu 61.658.330 habitantes, o que correspondia a 24,8% da população total do país. Os dados indicavam que, naquela data, 52,5% da população rural viviam nas áreas não metropolitanas, enquanto as áreas metropolitanas acolhiam a importante proporção de 47,5% da população rural.

Considerando esta distribuição sob outro ângulo, observa-se que cerca de 64% da população das áreas não-metropolitanas vivem nos municípios rurais que existem em seu interior, contra 36,4% que vivem nos seus municípios urbanos; nas áreas metropolitanas, ao contrário, a grande maioria vive em áreas urbanas (85,2%) e apenas 14,8% da população são rurais.

Além disso, o USDA distingue três tipos de área rurais nos Estados Unidos:

- *farming counties*, num total de 556 municípios rurais, nos quais pelo menos 20% da renda provém de atividades agrícolas;
- *manufacturing counties*, em 506 municípios rurais, cuja economia é baseada nas atividades industriais, geram 30% ou mais da renda local;
- *services counties*, em 323 municípios rurais, nos quais metade ou mais da renda provém das atividades terciárias.

¹⁶ Ver especialmente sobre os Estados Unidos, além da bibliografia já citada: (Galston, 1995) e (Jacobs, 1984).

b) Critérios adotados pela OCDE

A OCDE também adota uma tipologia construída em duas etapas. (Meyer e Muheim, 1996/97). Ela distingue, num primeiro momento, os espaços locais, rurais e urbanos, em função da densidade populacional; são rurais os aglomerados que têm até 150 hab/km² e urbanos os que se situam acima deste limite. Com este critério, foram identificadas nos países-membros, 70 mil pequenas unidades administrativas, distritos, municípios ou condados, uns rurais, outros urbanos.

Num segundo momento, a OCDE identifica e classifica pequenas regiões, levando em conta a proporção da população que vive nos espaços rurais ou urbanos anteriormente delimitados (Commission Européenne, 1997).

Assim, em função do grau de ruralidade ou de urbanização, as 2.300 pequenas regiões identificadas são reagrupadas em três categorias: as *regiões essencialmente rurais*, nas quais a maioria da população vive nos espaços rurais; as *regiões essencialmente urbanas*, que possuem menos de 15% da população no meio rural e as *regiões intermediárias*, cuja população rural, varia entre 15 e 50% da população total.

De acordo com estes critérios, os países da OCDE são agrupados em quatro categorias: aqueles nos quais a grande maioria da população vive nas regiões urbanizadas, como por exemplo, Holanda (85%), Bélgica (80%), Reino Unido (72%) e Alemanha (66%); os que, ao contrário, têm a maior proporção da população nas regiões essencialmente rurais, tais como Noruega (51%), Suécia (49%), Finlândia (43%) e Dinamarca (40%); os que concentram sua população nas regiões intermediárias: Espanha (46%), Itália (44%) e França (41%) e, finalmente, os países que têm forte proporção de habitantes, tanto nas zonas rurais, quanto nas zonas urbanas, a exemplo do Canadá (respectivamente 33% e 44%) e Portugal (35% e 43%). Portanto, da população dos países da OCDE, 240 milhões de pessoas (27,9%) vivem nas regiões essencialmente rurais; 345 milhões (40,1%), nas regiões urbanizadas e 275 milhões (32%), nas regiões intermediárias. (Meyer e Muheim, 1996/97: 22)

Além da tipologia da OCDE, a União Européia dispõe de uma outra, proposta por Eurostat que, tendo como critério "o grau de urbanização", distingue três tipos de regiões: *zonas de população densa*: constituídas por municípios contíguos, cuja densidade demográfica é superior a 500 hab/km² e que têm (no conjunto da zona) uma população total de 50 mil habitantes ou mais; *zonas*

intermediárias: correspondem a grupos de municípios cuja densidade é superior a 100 hab/km², mas que não pertencem ao grupo anterior; as regiões incluídas nesta categoria devem contar com uma população total de pelo menos 50 mil habitantes, ou estarem próximas às zonas de população densa; *zonas de fraca população*: os demais grupos de municípios. (*Commission Européenne*, 1997).

III – O desenvolvimento rural: “um novo compromisso institucional”

Em matéria de cultura, poucas regiões rurais são desfavorecidas; carregadas de história, de tradições, forjadas pelo trabalho de gerações de homens e de mulheres, elas possuem o mais freqüentemente um rico patrimônio e mesmo uma identidade cultural forte. A cultura local, fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar pode ser um trunfo maior para o desenvolvimento (Leader).

O que fazer com as áreas onde a agricultura deixou de ser o carro-chefe da economia e da vida social?

O enfoque puramente produtivo das políticas para a agricultura, que associa o desenvolvimento local às potencialidades do setor agrícola, lá onde ele se revelava, efetivamente, como um setor dinâmico, gerou um grave problema de exclusão, tanto de áreas como dos grupos sociais marginalizados deste processo. Em conseqüência, as sociedades modernas enfrentam hoje, sob formas e intensidades diferentes, uma “questão rural”, que diz respeito à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade.

Estes são os termos do debate social que tem como fulcro a problemática do desenvolvimento territorial/local e que será aqui focalizado segundo três questões específicas: a pobreza e a exclusão social, as políticas de desenvolvimento territorial e o lugar da agricultura e dos agricultores neste novo contexto.

3. 1. “Mesmo próspero, o meio rural faz parte dos fracos”

A argumentação formulada até agora se baseia na afirmação de que, nas sociedades modernas, reduziram-se as diferenças mais gritantes entre as condições de vida dos habitantes do meio rural e das cidades. Assim sendo, a paridade social atingida tornou atrativa a vida no campo para muitos cidadãos

que, sem renunciar às vantagens e facilidades do progresso “urbano”, procuram, ao mesmo tempo, beneficiar-se da qualidade de vida associada à vida rural.

É preciso considerar, porém, que esta paridade está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado. Partes significativas do espaço rural correspondem, freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais.

Nos estudos especializados, a fragilidade do campo aparece, antes de mais nada, como o prolongamento, na atualidade, das próprias características da história rural de cada sociedade. Como afirma Kayser, referindo-se à França, “o espaço rural é ainda marcado pelo estigma de sua inferioridade secular” Para ele, o meio rural, mesmo próspero, faz parte dos fracos: fraca densidade de população e de serviços, fraca produtividade, a atividade econômica e ambiental de base, a agricultura, ameaçada pelos seus próprios sucessos (Kaiser, 1994: 20).

Esta fragilidade é, também, freqüentemente percebida como a conseqüência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade. Assim, por exemplo, dados do USDA informam que a pobreza ainda persiste no meio rural americano de forma significativa. Em 1990, 765 “counties” rurais tinham 20% ou mais de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, dos quais 535 registravam uma “pobreza de longo prazo”, isto é, a que foi constatada desde 1960.¹⁷

Blakely e Bradshaw, em um artigo sobre a América rural, estimam que as mudanças que sem dúvida ocorreram na qualidade de vida das populações rurais americanas – que hoje participam de uma extensa rede nacional de seguridade social e se beneficiam dos progressos efetuados nos sistemas de comunicação – são desigualmente distribuídas no espaço. Estes autores referem-se também a cerca de 500 condados rurais americanos como *comunidades atrasadas*, situadas sobretudo nas regiões central e sul do país, e as descrevem como muito pobres, dependentes de agricultura de baixa tecnologia, isoladas e sem acesso aos principais recursos da nação. A população que habita nestas áreas é igualmente atrasada, vítima da pobreza, do desemprego e do subemprego,

¹⁷ Estes dados, na verdade, revelam uma grande evolução, pois em 1960, eram 2.083 os “counties” rurais predominantemente pobres.

condições que se agravam em função de certos fatores, tais como a identidade étnica e o pertencimento a grupos mais vulneráveis (idosos, mães solteiras etc.) (Blakely e Bradshaw, 1985).

Na União Européia, em média, "o PIB por habitante nas zonas rurais é inferior de 8% a 30% à média nacional.¹⁸

As diferenças entre as áreas rurais e urbanas se expressam também no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços básicos, especialmente os oferecidos pelas instituições públicas. É bem verdade que o afluxo de novos habitantes de origem urbana no meio rural é acompanhado, freqüentemente da expansão da demanda por estes equipamentos coletivos. No entanto, tendo em vista a pequena dimensão das aglomerações rurais, as instituições de planejamento e gestão tendem a reagrupá-los em aglomerações maiores e mais densas, um pólo urbano regional, por exemplo.

Jean considera que a realocização dos serviços tem "efeitos diretos sobre a vida das pessoas" e gera uma "grande dificuldade para assegurar o funcionamento das instituições locais" (Jean, s/d). De fato, este tipo de política afeta duplamente a população rural: por um lado, a carência de serviços pode se tornar um grave problema, tendo em vista a proporção de jovens e idosos no meio rural, categorias que precisamente são as que mais demandam certos tipos de serviços, tais como de saúde e de educação; por outro lado, a dificuldade de acesso a estes serviços pode afetar o valor patrimonial dos imóveis rurais e desestimular a atração de novos moradores.

É importante observar que, em certos casos, os habitantes do meio rural conseguiram se organizar em torno de importantes movimentos sociais, contrários às políticas de reagrupamento, muitos dos quais bem-sucedidos em suas reivindicações de implantação ou manutenção dos equipamentos coletivos no espaço local.

3. 2. *Da regulação setorial à regulação territorial*

A perda de vitalidade de parte das áreas tradicionalmente rurais provocou uma profunda reorientação nas políticas voltadas para o meio rural dos países avançados. A nova abordagem, do *desenvolvimento territorial*, tem como

¹⁸ Trata-se, naturalmente, de uma média. Ver os dados por país em: Commission Européenne. 1997.

pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas. Seus objetivos são definidos em torno de três princípios “aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem-estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais” (OCDE, s/d).

Para Coulomb, esta profunda mudança representou a ruptura do pacto até então vigente, cujo eixo consistia na *regulação intersectorial*, e a consolidação de um *novo compromisso institucional*, centrado na *regulação territorial*. (Coulomb, 1991: 25) (grifos meus). Edgard Pisani já havia, anteriormente, apontado para esta necessária reorientação da política, ao afirmar que “a prioridade não está mais no desenvolvimento da produção, na intensificação, mas em um território e uma sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir.” (Pisani, 1994: 11).

Mas, como definir o território?¹⁹ O território é um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local. É, precisamente, o fato de levar em conta a densidade social e cultural que concede aos espaços locais os atributos de um território, do ponto de vista sociológico. Como afirma Pellegrino, “a realidade das coisas toma forma em um espaço que não é apenas um espaço materializado, mas também um espaço de realidades econômicas, sociais e políticas.” (Pellegrino, 1986: 154).

Do ponto de vista econômico, a ênfase recai, naturalmente, sobre as atividades que constituem fonte de renda e de emprego da população. Fala-se, neste caso, como já foi analisado anteriormente, de áreas rurais com predominância da agricultura, da indústria ou de serviços. Kayser refere-se a um “sistema rural localizado” para indicar as formas “como se articulam, em cada ponto do território, as tendências pesadas originadas do funcionamento global da economia e da sociedade com as estratégias e iniciativas dos atores locais” (Kaiser, 1994: 113).

¹⁹ Embora seja evidente que nem todo território é rural, interessa a esta análise considerar mais diretamente os territórios rurais, isto é, aqueles cujas paisagens, vida social e formas de integração compõem uma “trama espacial” rural.

O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte. Segundo Marc-Urbain Proulx, “para os indivíduos e as organizações, o território se inscreve sob a forma de marcos, tais como os *lugares* (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional etc.), os *trajetos* (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer etc.), os *símbolos* (lutas, heróis, criações, produção), as *estruturas fundiárias* (obras, construções, pontes, portos, arquitetura etc.), os *equipamentos coletivos* (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos etc.), que marcavam antes e ainda marcam o cotidiano vivido.” E ele acrescenta: “o território aparece, assim, como o receptáculo da memória coletiva dos indivíduos, das famílias, dos clãs, das tribos, das organizações e das comunidades. Esta herança deve servir de base ao analista, porque não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus territórios.”

Dimensão importante do desenvolvimento territorial é, por conseguinte, a valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade. Mesmo nas “zonas desfavorecidas”, economicamente “marginais” ou “marginalizadas” e alvo prioritário dos programas de desenvolvimento territorial, é possível identificar e valorizar os “sistemas de exploração de grande valor natural”. Estes nem sempre asseguram uma produtividade adequada – em razão de certas condições desfavoráveis – nem uma remuneração satisfatória aos agricultores. No entanto, sua adoção ou reprodução devem ser estimuladas pelos programas de desenvolvimento, pelo que podem representar para a “sobrevivência a longo prazo de certas funções ambientais”, valorizadas pelas sociedades (Commission, 1997: 22).

Mediante esta valorização, será possível reafirmar uma identidade local que, longe de significar o reforço de particularismos xenófobos, pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social. Como afirma Ray, “localismo é diferente de periferização e de homogeneização cultural” (Ray, 1997: 345).

O que parece inovador nesta abordagem do desenvolvimento é o fato de que os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos

como fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica, ao se constituir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população (Meyer e Muheim, 1996/97: 14).

Sob o ângulo político, o território se prolonga para além do próprio espaço local, ao se constituir como a base para a formulação de um projeto de desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de um movimento que funciona em mão dupla: por um lado, o território "é o espaço no qual se elabora e se realiza um projeto coletivo integrado"; (Kaiser, 1994: 109) por outro lado, ele é a unidade de intervenção reconhecida pelos poderes públicos. Um programa de desenvolvimento é, assim, a resultante da convergência, no plano local, das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais. Bottazzi reforça esta mesma concepção, ao afirmar que o espaço local é limitado pela "autonomia da sociedade", isto é, ele consiste na "unidade mínima que reage face à política e à economia (face ao Estado e à troca mercantil)." (Bottazzi, 1995: 84).

Ao considerar especificamente os territórios rurais, uma preocupação se impõe: a necessidade de integração entre si e aos pólos urbanos locais e regionais (pequenas e médias cidades). O estímulo à criação de "solidariedades supramunicipais" (Jollivet, 1987) deve poder superar as barreiras advindas do isolamento e da dispersão e potencializar os recursos locais.

Desta forma, o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos atores sociais em confronto. O que resulta desta aproximação é a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades.

3.3. O lugar da agricultura e dos agricultores

O meio rural tornou-se o lócus de onde emergem novas questões, que dizem respeito à sociedade em seu conjunto e não apenas à sua parcela rural: qual o lugar da agricultura nas sociedades pós-industriais? Os agricultores têm algum papel a desempenhar nestas sociedades? É socialmente aceitável uma sociedade sem agricultores? Como definir, nas condições atuais, a própria profissão de agricultor?

3.3. 1. Os “agricultores territoriais”

O desenvolvimento agrícola constitui um dos elementos constitutivos do desenvolvimento rural, que, por sua vez, é a base das políticas de desenvolvimento local/territorial, sempre que a “trama espacial” é rural. Por conseguinte, o setor agrícola deve adequar-se às novas exigências do desenvolvimento rural, de forma a assegurar, ao mesmo tempo, uma oferta de empregos, em níveis satisfatórios, à população rural, a segurança alimentar e a garantia da qualidade dos produtos, tudo isto, sem prejuízo da proteção ambiental.

Coulomb refere-se, de um modo que me parece muito feliz e oportuno, aos “agricultores territoriais”, isto é, aqueles “cuja utilidade social não é medida pelo valor de sua produção” mas pela *reconquista dos territórios*, função anteriormente abandonada em razão da concentração/intensificação da produção agrícola.

É preciso considerar, igualmente, que o território se constitui como a base espacial da própria atividade agrícola; por um lado, o desenvolvimento da agricultura supõe, cada vez mais, a capacidade de explorar as potencialidades de cada local, oferecendo à clientela produtos cuja qualidade é reconhecida e procurada, precisamente, pela vinculação que possui com a própria localidade; por outro lado, “o território, completo e estruturado, é também um lugar da articulação, da integração desta agricultura ao sistema econômico e social global, ao aparelho agroindustrial, aos mercados nacionais e internacionais, como ao aparelho do Estado, das instâncias que geram regulamentações e distribuições das ajudas às que definem a política agrícola. É o seu espaço de reprodução (Pernet, 1990: 90).

No box apresentado a seguir, estão transcritos, a título de ilustração, os princípios que orientam a constituição deste novo perfil da agricultura, tais como são percebidos pela Confederação Camponesa (“Confédération Paysanne”), uma das principais centrais sindicais de agricultores franceses, para a qual cabe aos agricultores atender às demandas da sociedade no que se refere à oferta de produtos alimentares de qualidade e à gestão do território, de forma a assegurar a qualidade da vida social e a preservação ambiental no meio rural.²⁰

²⁰ Chamo a atenção para a identidade “camponesa” reivindicada pelos que defendem esta agricultura sensível às exigências sociais e ambientais do mundo moderno.

Confederação Camponesa (Confédération Paysanne). França.

Dez princípios da agricultura camponesa

1. Repartir os volumes de produção a fim de permitir a um maior número ter acesso à profissão de agricultor e a viver dele;
2. Ser solidário com os camponeses das outras regiões da Europa e do mundo;
3. Respeitar a natureza. "Não herdamos a terra de nossos pais; nós a pedimos emprestada a nossos filhos";
4. Valorizar os recursos abundantes e economizar os recursos raros;
5. Procurar a transparência nos atos de compra, de produção, de transformação e de venda dos produtos agrícolas;
6. Assegurar a boa qualidade gustativa e sanitária dos produtos;
7. Visar ao máximo a autonomia no funcionamento dos estabelecimentos agrícolas;
8. Procurar estabelecer parcerias com outros atores do mundo rural;
9. Manter a diversidade das populações animais em criação e as variedades vegetais cultivadas;
10. Raciocinar sempre a longo prazo e de maneira global.

Mesmo quando os agricultores são economicamente fragilizados e socialmente minoritários em determinados espaços locais, a atividade agrícola permanece, real e simbolicamente, um dos eixos definidores do espaço rural.

Antes de mais nada, é preciso registrar que as áreas dedicadas à produção agrícola, isto é, as superfícies agrícolas úteis (SAU) continuam a representar uma grande proporção dos territórios nacionais. Dados sobre a Europa, por exemplo, classificam os países em três situações:

- a) os que possuem uma muito importante SAU (que, em alguns casos, abarca 80% do território nacional), como a Irlanda, Reino Unido e Dinamarca;
- b) aqueles cuja SAU corresponde a uma menor proporção dos territórios nacionais (aproximadamente 40%), a exemplo da Alemanha, Bélgica, Portugal e Grécia;
- c) os países intermediários, nos quais a superfície agrícola ocupa cerca de metade da superfície total do país, de que são exemplos a França, Espanha e Itália (Jollivet, 1997: 102).

Por outro lado, a perda de importância econômica da agricultura nem sempre se traduz por uma perda proporcional da importância dos agricultores na vida local. Sobre esta questão, Fitchen, analisando o meio rural do Estado de Nova Iorque, não hesita em afirmar que, mesmo onde ela é uma atividade secundária e decrescente, "a agricultura é ainda vitalmente importante, econômica, social e sobretudo culturalmente e pode ainda prover uma substancial base como parte de uma mais ampla identidade rural complexa." (p. 263).

Esta influência pode ser percebida sob formas diversas. Além do *controle da propriedade da terra*, que em muitos países é predominantemente exercido pelos agricultores, numa relação que Marsden considera desproporcional à importância econômica e social destes (Marsden, 1993), deve-se considerar a contribuição direta e profunda dos agricultores na própria *construção e "fixação" das paisagens rurais*, que, como já vimos, embora ressignificadas, constituem um dos principais atrativos do meio rural para outras categorias sociais, de origem urbana; bem como na *guarda e reprodução das tradições culturais rurais*, cuja origem está associada aos trabalhos do campo e às práticas tradicionais dos agricultores.²¹

3.3.2. *Agricultores polivalentes e pluriativos*

Do ponto de vista do desempenho profissional, parece evidente que, neste novo contexto, a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural dependem, em grande parte, de duas ordens de fatores: por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural.

Em consequência, a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, a reconstrução de sua própria identidade profissional.

Bourg, em artigo na revista *Esprit*, considerando que a profissão do agricultor é uma das que mais se modernizaram, aponta três traços fundamentais desta modernidade: a centralidade do cálculo, a necessidade da polivalência e o

²¹ Janet Fitchen refere-se, por exemplo, às atividades de caça, que são uma das mais antigas tradições rurais locais. De fato, a temporada de caça, que marca o calendário local, corresponde a um período de expansão do turismo, pela grande atração que até hoje exerce sobre a população urbana.

individualismo. Em suas palavras, “a profissão de agricultor se tornou uma das mais modernas no sentido weberiano do termo, o de um reino do cálculo sobre a atividade humana.” E acrescenta: “da preparação das rações alimentares para o gado à gestão informatizada das parcelas, passando pela contabilidade propriamente dita, nada se faz sem cálculo.” (Bourg, 1990: 73).

Quanto à polivalência, um paralelo pode ser feito entre as exigências impostas aos agricultores e as que são requeridas “em certos postos de trabalho nas usinas mais informatizadas”. Com efeito, nas condições modernas da produção e do mercado são necessários ao agricultor: “conhecimentos culturais, pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos, até mesmo de informática etc. Trata-se, sem dúvida, de um perfil profissional “antípoda da concepção fordista-taylorista do trabalho, que esvazia toda forma de saber, toda intervenção responsável e refletida”.

Bourg chama a atenção, igualmente, para o individualismo, no sentido sociológico, proposto por Louis Dumont, que impregna crescentemente a atividade agrícola, e que atribui ao chefe do estabelecimento a responsabilidade, freqüentemente isolada, das decisões tomadas. “Em um certo sentido – afirma – a solidão moral do indivíduo moderno é ainda agravada no campo pelo exercício solitário da atividade profissional.”

Como se sabe, durante o período da modernização “produtivista”, o conceito central utilizado, inclusive pelas políticas públicas, para definir o modelo ideal de agricultor foi o do “agricultor profissional”, referência esta que tinha como eixo a sua condição de produtor, vinculado, portanto, à atividade setorial, e que se expressava em sua competência técnica e em sua participação nas instâncias de representação desta mesma agricultura profissional.

No contexto atual, a agricultura se torna multifacetária e o modelo de “agricultor moderno” ou o “agricultor empresário” é “cada vez mais difícil de ser atingido pela maioria, não podendo mais servir de referência unitária.” (Jollivet, 1990: 496).

Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade freqüente de que os agricultores se tornem *polivalentes e pluriativos*, capazes, portanto, de estender

sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar.²²

Para Lacombe, é sobre esta idéia de diversidade que se constrói a própria experiência empresarial. “Esta idéia significa a ‘descoberta’ e o reconhecimento de organizações múltiplas e de lógicas econômicas que a elas conduzem. Ela testemunha uma aceitação mais afirmada das complexidades susceptíveis de assegurar a emergência e a reprodução de formas sociais inesperadas, originais, mas conformes à evolução das condições de produção, talvez mesmo inovadoras.” (Lacombe, 1990: 245).

No mesmo sentido, os resultados da pesquisa coordenada por Hugues Lamarche, sobre as estratégias produtivas dos agricultores familiares demonstram que os agricultores “empresariais”, considerados como os mais envolvidos nas teias das modernas condições do mercado globalizado, são os que revelam uma situação socioeconômica mais vulnerável; inversamente, têm mais chances de sucesso aqueles capazes de adotar estratégias diversificadas de resistência e adaptação às imposições do mercado (Lamarche, 1998).

Muller, pesquisador do CNRS, na França, nos propõe uma interessante análise do que ele qualifica como uma “crise da profissão de agricultor” (Muller, 1989). Para ele, a modernização da agricultura dos anos 50 e 60 gerou um modelo de agricultor “técnico”, cujo referencial profissional se constrói sobre a base de três pilares: a centralidade da função técnica; os laços com a sociedade em seu conjunto, através dos quais o agricultor “tende a se reconciliar com a sociedade industrial” (p. 19) e a passagem da ênfase nas formas de solidariedades locais, de vizinhança, para solidariedades corporativistas, de tipo profissional.

Muller formula a hipótese de que as condições atuais da produção agropecuária e do desenvolvimento rural gestaram um novo modelo de agricultor, que integra o que chama de “verdadeiros sistemas profissionais”. Estes teriam como principais características a aplicação, pelas empresas rurais, de “estratégias empresariais complexas”, entre as quais, o exercício da função comercial,

²² O tema da pluriatividade é objeto de um grande número de estudos. Na perspectiva aqui adotada, ela constitui, sobretudo, uma estratégia dos próprios agricultores, que visa integrar atividades não agrícolas ao seu núcleo vital e social que é o estabelecimento familiar.

juntamente com a função produtiva, obrigando o agricultor a adquirir uma competência no que se refere, sobretudo, à gestão de seu empreendimento e ao controle de um sistema que associa diversas atividades.

Partindo desta concepção geral, este autor aponta três modalidades de empresas rurais, definidas em função da combinação que efetuem entre suas estratégias diversificadas:

- a) "agricultura-transformação da produção-comercialização", combinação que exige do produtor uma "real pluricompetência";
- b) agricultura-atividades turísticas no próprio estabelecimento familiar (pousada, restaurante, camping etc.), na qual será necessário um grande esforço no sentido da compatibilização entre as duas atividades;
- c) agricultura-artesanato-serviços, tipo que "é o menos difundido, porque é o que coloca mais problemas de coerência do sistema de exploração e também de identidade profissional" (p. 27).

Segundo Muller, as três combinações, "apesar de sua diversidade no plano das atividades técnicas, estão estruturadas em torno de uma função-chave, que é a função comercial" (p.28).

Este mesmo caráter polivalente levou Marsden a afirmar que "a agricultura pode vir a ser um padrão prototípico para o trabalho flexível e para as relações multidimensionais e simbólicas entre capital e trabalho, agrário e não agrário" (Marsden, 1989).

IV – As relações campo-cidade; emergência de uma nova ruralidade

O mundo rural, em uma sociedade urbana, não é um espaço à espera da urbanização ou da desertificação; é um território com vida socioeconômica específica e irredutível às dinâmicas urbanas (Jean).

4. 1. A "urbanização do campo": fim do rural?

Não teria condições, evidentemente, de analisar, em profundidade, todas as concepções teóricas formuladas a respeito das relações entre o campo e a cidade nas sociedades modernas. Limitar-me-ei, assim, a tecer alguns comentários sobre as teorias da "urbanização" do meio rural, isto é, aquelas que percebem, no desenvolvimento destas sociedades, um processo de dominação das cidades sobre o meio rural, especialmente nas vertentes que se referem ao *continuum* rural-urbano, à modernização do meio rural e ao fim do rural.

De um modo geral, entende-se como “urbanização do campo” o processo que resulta no “controle das cidades sobre o campo, a integração pela cidade do conjunto do espaço urbanizado” (Julliard, 1973: 6). No entanto, é preciso considerar que este conceito é utilizado, pelos inúmeros autores que a ele se referem, em diversos sentidos, que atribuem intensidades e conformações diferentes à influência da cidade sobre o meio rural.

Segundo Mathieu e Bontron, “este termo parece dotado de uma extrema diversidade de acepções: às vezes estático (grau de urbanização, campo urbanizado), às vezes dinâmico (fases da urbanização, urbanização do campo); às vezes ativo (urbanizar um espaço), às vezes passivo ou reflexivo (as zonas rurais se urbanizam); às vezes limitado aos fenômenos urbanos (urbanização = criação ou crescimento das cidades), às vezes estendido a todo o espaço, conciliando os seus “opostos” (cidade-campo); às vezes positivo, sugerindo um progresso, às vezes negativo (os males da urbanização); ele é sem dúvida um dos termos mais polivalentes da linguagem corrente; veicula ambigüidades até no terreno científico e nos trabalhos dos geógrafos.” (Mathieu e Bontron, 1973: 137).

Por sua vez, Rambaud, em seu belo texto já citado, considera que os termos “urbanização do campo” “são ora uma fórmula utópica, ora um meio proposto aos rurais para recuperar o seu atraso sobre a evolução das cidades, ora ainda uma vontade de proteger as cidades contra alguns de seus perigos internos, convidando os agricultores a trabalhar para salvaguardar o ‘meio ambiente natural’. Mas o vocábulo é sempre, por assim dizer, *urbano-centrado*. Ele conota uma dependência do meio rural em relação à cidade e fixa o urbano como o sentido de suas transformações” (p. 15) (grifos meus).

A noção de urbanização pode ser apresentada, segundo este autor, sob duas óticas complementares. Ela se refere, antes de mais nada, à “concentração do povoamento em um espaço, além de uma certa densidade”, o que “implica a concentração de técnicas, de meios de produção, de poderes, de necessidades” (p. 15). Neste sentido, ela está intimamente ligada à idéia de difusão de um sistema de atitudes e de condutas, o que faz da cidade a “produtora de uma cultura”. Em suas palavras: “os processos de urbanização devem ser analisados como a criação por uma sociedade dos espaços que ela necessita” (p. 20). E mais adiante ele acrescenta: “a cidade e o campo representam dois tipos de relações entre uma sociedade e seu espaço, duas maneiras de dominá-lo tecnicamente e de organizá-lo economicamente.” (p. 21).

Assim, para ele, a função de difusão, própria do mundo urbano, diz respeito às expressões culturais associadas à cidade e não à forma espacial urbana. Apoiando-se em Dewey, Rambaud afirma que “pode haver uma expansão da cultura urbana fora da cidade sem que, com isto, ela destrua a dualidade das formas ecológicas constituídas pelo ‘village’ e pela cidade” (p. 16).

Analisando mais detalhadamente a urbanização como um processo de desenvolvimento econômico, cultural e político, Rambaud considera que a urbanização da sociedade atinge diretamente o meio rural, e aponta os seus principais efeitos sobre a vida social dos “villages”: em primeiro lugar, transforma as formas tradicionais do trabalho agrário, favorecendo a introdução das experiências de “não-trabalho” e a “predominância do consumo sobre o trabalho no meio rural”; em segundo lugar, “transforma o espaço fechado do ‘village’ em um espaço aberto, definido por um campo de relações e que tende a se tornar análogo ao da cidade.” Finalmente, em terceiro lugar, a urbanização estimula a mobilidade profissional e social dos agricultores, tornando o meio rural, também sob este aspecto, mais semelhante ao modelo das cidades.

A noção de urbanização está igualmente vinculada à idéia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que diz respeito ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Rambaud refere-se “aos processos pelos quais um meio rural se aproxima da paridade social e econômica com as cidades vizinhas, tanto na renda por trabalhador, quanto na mobilidade profissional, tanto nas chances de cultura, quanto na gestão dos negócios. O meio geralmente afirmado parece ser a ‘integração’ da agricultura e da sociedade rural à economia e à sociedade globais.” (p. 17).

A conseqüência natural da “urbanização do campo” – qualquer que seja o conteúdo substantivo atribuído a este conceito – será, certamente, a constatação de que os espaços rurais e urbanos tendem a se assemelhar e a se inter-relacionar. Assim, formula-se a tese correlata da existência de um continuum entre o meio rural e o meio urbano, que supõe, como afirma Francisco Entrena Durán, o reconhecimento de que “a passagem de uma comunidade rural para outra urbana se realiza de maneira gradual, de tal modo que entre o urbano e a ruralidade não há uma ruptura e sim uma continuidade.” (Durán, 1998: 81).

O caráter inovador desta abordagem teórica consiste, sem dúvida, no fato de que ela indica, claramente, o fim das formas tradicionais da dicotomia rural-urbano, aquelas que são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre

o campo e a cidade. Mendras já havia observado, em 1959, que “cidadinos e rurais formam, sob certos pontos de vista, uma sociedade única: eles participam de uma mesma civilização... De fato, não existe solução de continuidade entre a metrópole, a grande cidade, a pequena cidade e o meio rural, e seria abusivo cavar um fosso entre os dois extremos. Todas as estatísticas revelam ao contrário diferenças de intensidade e não contrastes.” (Mendras).

No entanto, o *continuum* urbano-rural assume também significados diferentes para os diversos autores. Para muitos, este conceito – tanto quanto o de urbanização do campo – corresponde a uma visão “urbano-centrada”, para usar a expressão já citada de Placide Rambaud, que privilegia o pólo urbano do *continuum* como a fonte do progresso e dos valores dominantes, que se impõem ao conjunto da sociedade. O extremo rural do *continuum*, visto como o pólo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do pólo urbano, desenvolvido, num movimento que Elena Sarraceno comparou ao de “vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só – o urbano – se ‘enchia’, enquanto o outro – o rural – só podia, conseqüentemente, esvaziar-se” (Sarraceno, 1994).

Segundo esta economista italiana, as diferenças espaciais presentes neste tipo de polarização correspondiam a um determinado momento do processo de desenvolvimento, caracterizado pela concentração das indústrias no meio urbano e pelo conseqüente esvaziamento das zonas rurais, e cuja intensidade teria arrefecido já a partir da segunda metade dos anos 60.

Levadas às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano apontaria para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.²³ Esta visão de uma urbanização homogeneizadora beneficia-se largamente da ideologia então dominante, que vê a cidade como fonte de civilização e de difusão desta para o conjunto da sociedade e mesmo como o único “espaço em progresso”, o que se reforça com as políticas adotadas a partir de então, “de fechamento e concentração espacial dos serviços”.

²³ É importante insistir nesta diversidade de interpretações. Assim, nem todos os que se referem ao *continuum* rural-urbano defendem a homogeneização dos espaços e o “fim do rural”, como veremos mais adiante.

Embora ainda utilizadas, especialmente pelos defensores da modernização do rural a partir das cidades, as teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano, sobretudo na vertente que preconiza o fim do rural, têm sido objeto de reiterados e profundos questionamentos. Mathieu, por exemplo, critica severamente esta concepção, que considera um “modelo a-dialético” (Mathieu, 1990: 37). Nas suas palavras, as análises feitas sob estes prismas rejeitam a dimensão espacial como um recorte pertinente para a compreensão da vida social, baseadas na percepção de que não é mais possível distinguir o rural do urbano e, portanto, de que não se pode mais falar em “descontinuidade espacial entre cidades e campo”. Além disso, as distinções entre o meio rural e o meio urbano, que têm como base as estruturas sociais e as condições de vida, terminariam por serem abolidas, sob o efeito da “difusão do modo de vida urbano”.²⁴

Há, portanto, uma outra leitura das semelhanças e aproximações entre o meio rural e o meio urbano, nas sociedades modernas, que não se traduz pela afirmação do fim do rural. Esta, como já foi dito no início, é a tese central assumida neste trabalho.

3.3. *Uma nova dicotomia: o “rural” moderno como espaço singular e ator coletivo*

Mormont, antropóloga belga, propõe a hipótese segundo a qual “as evoluções demográficas e econômicas, o crescimento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas ‘sociedades’ distintas, até mesmo opostas. Isto não implica, no entanto, um esgotamento da questão rural. A consideração das interdependências ecológicas lhe reatribui uma significação, porque o espaço rural é uma questão de apropriação e de gestão cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura, quanto para outros setores.

Da mesma forma, Jean também critica a tese do “fim do rural”, valendo-se em sua análise de argumentos demográficos, morfológicos e culturais. No primeiro caso, trata-se de demonstrar a inversão dos movimentos de população, que,

²⁴ Para ela, a urbanização, assim percebida, termina por assumir o caráter de um movimento irreversível, uma “tendência” pesada, uma verdadeira “lei” do desenvolvimento espacial, só se podendo assistir ao fim do campo, pelo estabelecimento de um *continuum* urbano-rural. A noção de rural se apaga carregando consigo todas as noções a ele ligadas, em particular a noção de natureza.

como já foi analisado, significavam o esvaziamento progressivo do meio rural e que na atualidade vêm expressando uma "revitalização dos espaços rurais".

Esta revitalização é reforçada na medida em que, no contexto das sociedades modernas, os eixos das referências identitárias tendem a se deslocar: os indivíduos se identificariam menos ao trabalho (domínio da necessidade) e mais ao lugar de residência (domínio da liberdade). O argumento morfológico se apóia na constatação da "ausência de homogeneização socioespacial" e na "permanência dos espaços rurais na dinâmica da evolução das sociedades globais".

Finalmente, o autor questiona o que considera "uma homogeneização cultural duvidosa", referindo-se especialmente a duas dimensões centrais desta cultura: por um lado, o fato de que, para ele, "o consumo rural ostentatório não tem as mesmas características do consumo urbano"; por outro lado, o acesso à mídia, hoje incontestável entre os "rurais", não significa, necessariamente, uma homogeneização, mas, freqüentemente, a reiteração das diferenças. Isto acontece, por exemplo, quando o espectador rural assiste a programas da televisão "para saber o que se passa na cidade, colocando-se como se estivesse diante de um espetáculo".

Para Jean, "o fim das 'sociedades rurais' não significa o fim do rural": assiste-se, nas sociedades modernas, a um processo de "recomposição do rural" e da emergência de uma "nova ruralidade". Esta perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano, e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga "recompôr o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação".

Admitindo que "o mundo rural não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o domina", ele propõe uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um "espaço singular".

A análise de Warner sobre o futuro da agricultura e do meio rural nos Estados Unidos, reforça, num certo sentido, a proposta de Jean. De fato, Warner afirma que, embora a era pós-industrial se caracterize pela predominância do setor de serviços e que a agricultura perca progressivamente sua importância relativa no meio rural, "a sociedade rural está longe de ter sido ultrapassada" na sociedade

americana. Para ele, “quando, como nos Estados Unidos, a porcentagem da força de trabalho empregada na agricultura declina a menos de 10%, a sociedade rural não desaparece. Ela muda de modo fundamental, passando a constituir um grupo minoritário no seio da sociedade.” (Warner, 1974: 307).

Esta proposta teórica reverte os termos do debate até então dominantes. Em consonância com a visão do pólo único, isto é, do “urbano” que se espalha por toda a sociedade, as questões postas ao pesquisador estariam definidas em torno deste caráter difusionista da cidade e das tentativas de superação do atraso persistente no meio rural, problemática que, como vimos, já foi objeto de numerosas análises críticas. A permanência dos dois pólos e a reiteração da diversidade, por sua vez, privilegiam, como objeto de estudo, os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e a própria diversidade das relações dialéticas que eles estabelecem com o mundo urbano e o conjunto da sociedade.

Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.

Mormont considera que as divisões sociais incidem sobre os espaços em sua dimensão material, mas é “somente fazendo desta divisão do espaço uma dimensão da vida social e procurando entender como ela se articula às outras dimensões, considerando a divisão rural-urbano como objeto e não como quadro de análise, que se pode fazer uma análise do rural que permita compreender, para além dos discursos, as problemáticas e o sentido das transformações em curso na sociedade global.” (Mormont, 1996: 175).

Nesta perspectiva, “o rural é uma categoria de pensamento do mundo social”, que é, ao mesmo tempo, uma categoria “político-ideológica” e “transacional”. Por ela, é possível “compreender a sociedade”, “classificar e distinguir as pessoas e as coisas” e “construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo”. Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e ressignifica a história das sociedades.

A respeito das relações entre representação do rural e sua concretude em cada sociedade, Mormont assim se expressa em outro trabalho mais recente: “Seria vão procurar em uma realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria também vão procurar nesta realidade apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental. Só há espaço porque há uma série de diferenças, mas a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação – notadamente política – afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos” (p. 19).

Mais particularmente, a categoria “rural” carrega em si a diversidade das próprias relações entre os espaços rurais e urbanos – e entre as populações do campo e das cidades – tais como se modificam histórica e socialmente, no tempo e no espaço.

Nas sociedades modernas, a categoria “rural” se enriquece na medida em que se torna o “suporte de um imaginário e de práticas de realocização”, presente, inclusive, nas cidades. Com efeito, o caráter plural dos espaços rurais gera, de uma certa forma, uma crescente “deslocalização”, cujas conseqüências se fazem sentir, especialmente, na concorrência que se estabelece entre espaços locais, que, assim, se tornam “atores de uma série de jogos sociopolíticos”.

Nestas circunstâncias, o espaço rural se constitui como “o pólo do passado, da herança, dos valores profundos, da sociabilidade convivial”, que termina por ressignificá-lo como um lócus de “resistência aos efeitos dos processos de deslocalização”.

Por outro lado, nas sociedades modernas, “o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização sociopolítica do rural”. Assim, a associação – e mesmo, para alguns, a assimilação – do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, devido à importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos

Neste sentido, o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”.

O mesmo Mormont, em seu texto mais recente aqui citado, afirma que “a consideração das interdependências ecológicas reatribui (à questão rural) uma significação, porque o espaço rural é uma questão de apropriação e de gestão, cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura, quanto para outros setores.” E ele acrescenta: “O que está em jogo, portanto, nas redefinições do rural, hoje, é a tradução, na gestão e na política, de oposições entre as concepções divergentes da natureza, mas também do trabalho e do ‘habitar’... O meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe (p. 40).

Finalmente, para confirmar a atualidade desta categoria bastaria lembrar, como já foi assinalado anteriormente, a centralidade que a questão dos espaços rurais – seu soerguimento, sua dinamização – vem assumindo no debate sobre a própria construção da União Européia e em torno da qual se expressa uma grande diversidade de interesses, de grupos sociais e de regiões particulares. Neste caso, o “rural” se constitui como um lócus de onde emergem questões, conflitos e rupturas.

Para Rémy, outro antropólogo da Universidade de Louvain, na Bélgica, as mudanças devem ser identificadas como “a metamorfose nas relações recíprocas entre a cidade e o campo”. Estudando especialmente o meio rural belga, Rémy considera que o mito dualista, que se baseia numa dissociação entre a cidade e o campo, não consegue explicar as “novas interligações entre a identidade e a alteridade de ambos”.

Para entendê-las, ele propõe uma análise que considere as semelhanças e as diferenças, tais como são construídas historicamente, entre os dois espaços sociais. Num primeiro momento destas relações, “instaura-se uma “não-simetria entre os dois territórios”. Prevaecem, então, as diferenças, isto é, o meio rural se distingue social e simbolicamente do meio urbano; ambos formam como que “dois universos descontínuos”, que afirmam sua exterioridade recíproca; entre eles multiplicam-se as mediações, mas as trocas recíprocas permanecem limitadas pela própria forma arquitetônica espacial e social.

Nesta fase, a população rural aparece na sociedade reivindicando a paridade com os cidadãos urbanos. Uma vez vencida esta etapa, nos países desenvolvidos, os “rurais” adquirem, de alguma forma, a semelhança preconizada. É neste momento, que a reivindicação pela diferença assume todo o seu vigor. Como afirma Rémy, “entre cidades e campo se desenvolve um certo número de

semelhanças. Uma vez assegurado este fundo comum, emerge uma reivindicação pela diferença. Assim, assiste-se a uma metamorfose na qual a mudança supõe uma transformação da forma que articula as semelhanças e as diferenças.” (p. 32). Mais concretamente, “a homogeneidade em vias de realização permite reafirmar uma diferença sobre o fundo de continuidade com a cidade”.

O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais no nível do acesso aos bens materiais e sociais, que agora são, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”.

Rémy propõe, para entender este processo, a utilização de uma matriz analítica cujos eixos são dados, de um lado, pela “construção do sentido” – “as imagens que os rurais têm deles mesmos e da cidade, bem como as imagens recíprocas dos cidadãos” – e, de outro lado, pelo campo das potencialidades, definido pela disponibilidade de “recursos do meio”. Mediante esta matriz, é possível elaborar tipologias, formular comparações e, sobretudo, construir o que ele chama de “utopias práticas”, em torno das quais congregam-se pessoas e grupos sociais, inclusive aqueles que, não vivendo no meio rural, a ele se sentem ligados por vínculos culturais e simbólicos. É assim que esta identidade, que tem uma base espacial, se torna, ao mesmo tempo, um “fenômeno localizado e deslocalizado”.

Por outro lado, a mobilidade espacial em suas formas modernas “modifica as relações entre o espaço e a vida social”. Trata-se, portanto, de um “novo modo de espacialização do social”, entendida como uma “rede alveolar metamorfoseada”, capaz de articular a mobilidade e a sedentariedade e de transformar simultaneamente a cidade e o campo. Assim, “o mito fundador da sociedade sedentária, na qual cidade e campo se opõem num processo de ruptura”, é questionado e substituído por “um mito ‘andrógino’ no qual as características do campo e da cidade se misturam, ao mesmo tempo que permite a afirmação identitária”.²⁵

²⁵ Esta idéia do espaço rural como um ator coletivo, de alguma forma, já está presente no texto de Placide Rambaud, acima citado.

Nesta perspectiva, as transformações que ocorrem no meio rural não são percebidas como o efeito de difusão da cidade sobre o campo, mas, sobretudo, como o resultado de iniciativas dos próprios "rurais", cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades.

Conclusão

O processo de "modernização rural", como foi visto, é extremamente complexo e não pode ser entendido simplesmente como o "fim da agricultura" ou o "fim do rural". A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente "paridade social", isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de "conforto urbano". O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, como afirma Mendras, uma escolha por um certo modo de vida.

As novas e múltiplas faces do rural não podem ser vistas como obra acabada. Está em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do "rural" como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado. Jollivet formula a questão mais importante: quem assumirá esta nova visão do rural? Quem a promoverá?

Referências bibliográficas

- Allaire, Gilles; Boyer, Robert. (1995). La grande transformation de l'agriculture. Paris: INRA/Economica.
- Allart, Eric. Reflexions on the rural nature of past and future. *Sociologia Ruralis*, 22 (2): 99-107, 1982.
- Anda, Gustavo Gordilho de. The reconstruction of rural institutions. Roma: FAO, 1997.
- Archambault, Julie; Godbout, Jacques. Le rural en ville; Laval. *Recherches Sociographiques*, Laval, 29 (2-3): 445-454, 1988.
- Association des Ruralistes Français. Les études rurales sont-elles en crise? *Bulletin ARF*, 41-42. (Número Especial)
- . La pluriactivité dans les familles agricoles. Paris: ARF, 1984.
- Augustins, Georges. Mobilité résidentielle, parenté et changement social à Saint-Jean-Brévelay. *Cahiers de l'observation du changement social*, Paris: 7, p. 149-180.
- Avec nos sabots... la campagne révee et convoitée. *Autrement* (14) 1978 (Número Especial).
- Bages, R. et alii. Modes de vie et arbitrages entre les activités dans les familles rurales et urbaines. *L'Année Sociologique*, (34): 61-86, 1984.
- Banks, Jo. Marsden, Terry. Regulating the UK dairy industry; the changing nature of competitive space. *Sociologia Ruralis*, 37 (3): 382-402, 1997.
- Baptista, Fernando de Oliveira. Agriculture, rural society and the land question in Portugal. *Sociologia Ruralis*, 35 (3/4): 297-306, 1995. (Special issue: Revitalization and diversity in Mediterranean rural society).
- Barral, Pierre. Les sociétés rurales du XX Siècle. Paris: A. Colin, 1978. 327 p. (Col. V).
- Barros, A. de. La sociologie rurale face à la problématique de l'espace. *Recherches Sociologiques*, (20): 277-286, 1989.
- Basin, Gilles; Roux, Bernard. Resistance to marginalization in Mediterranean rural regions. *Sociologia Ruralis*, 35 (3/4): 335-347, 1995. (Special issue: Revitalization and diversity in Mediterranean rural society).
- Bell, Michael M. The fruit of difference: the rural-urban continuum as a system of identity. *Rural Sociology*, 57 (1): 65-82, 1992.
- Bertrand, Alvin L. The emerging rural South: a region under "confrontation" by mass society. *Rural Sociology*, 31 (4): 449-457, 1966.
- Bessière, Jacinthe. Local development and heritage: traditional food and cuisine as tourist attractions in rural areas. *Sociologia Ruralis*, 38 (1): 22-34, 1998.
- Billaud, Jean-Paul; de la Soudière, M. La nature pour repenser le rural? In: Jollivet, Marcel. *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 180-191.
- Blakely, Edward J. Bradshaw, Ted K. America rural; un nuevo contexto. *Agricultura y Sociedad*, (36/37): jul/dec. 1985.
- Bodenstedt, A. Andreas. Rural culture- a new concept. *Sociologia Ruralis* 30 (1): 34- 47, 1990.
- Bodiguel, Maryvonne. Le rural en question. Paris: L'Harmattan, 1986. 183 p.
- . M. Lowe, PH. (dir.) *Campagne française, campagne britannique: histoires, images, usages au crible des sciences sociales*. Paris: L'Harmattan, 1987: 355 p.

- Bodson, Daniel. *Les villageois*. Paris: L'Harmattan, 1993. 160 p.
- Bonano, A. Globalização da economia e da sociedade; fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente; mudanças socioeconômicas nas regiões frutícolas para exportação*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.
- Bontron, Jean-Claude. La reprise démographique confirmée. In: Kaiser, Bernard (dir.) *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Datar/Éditions de l'Aube. 1996. p. 23-36.
- Bottazi, Gianfranco. On est toujours le "local" de quelque "global"; pour une (re) définition de l'espace local. *Espaces et Sociétés*, (82/83): 69-93, dez. 1995. (Les échelles de l'espace social)
- Bourdieu, Pierre. Une classe objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: (17/18): 2-5, 1977.
- . Célibat et condition paysanne dans le Béarn. *Études Rurales*, Paris: (5/6): 32-135, 1962.
- Bourdin, Alain. *Territoire et localité*; (notes de lecture). *Espaces et Sociétés*, Paris: (56): 124-132, 1990.
- Bourg, Dominique. *Les nouveaux agriculteurs*. *Esprit*, Paris: (11): 69-79, nov. 1990.
- Brown, Ralf B. Rural community satisfaction and attachment in mass consumer society. *Rural Sociology*, 58 (3): 387-403, 1993.
- Buttel, Frederick. Environmentalization: origins, processes and implications for rural social change. *Rural Sociology*, 57 (1): 1-27, spring 1992.
- Buttel, Frederick. Flinn, William L. The interdependence of rural and urban environmental problems in advanced capitalist societies: models of linkage. *Sociologia Ruralis*, 17 (4): 255-281, 1977.
- Capo, Enrico. Transformation and development in Italian rural society. *Sociologia Ruralis*, 35 (3/4): 297-306, 1995. (Special issue: Revitalization and diversity in Mediterranean rural society).
- Carneiro, Maria José Teixeira. *Les paysans de Sept-Laux; la construction d'un nouvel ordre social*. Paris: EHESS, 1993. Tese de doutorado.
- Chamboredon, J.C. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récréation. *Revue Française de Sociologie* jan/mar. 1980.
- ; J.C. Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne. In: *Histoire de la France urbaine*. Paris: Seuil, 1985. t. 5. pp. 557-573.
- Champagne, P. La restructuration de l'espace villageois. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: (3): 43-67, 1975.
- Cohen, A P. *The symbolic construction of community*. Londres: Ellis Horwood/Tavistock, 1985. 128 p.
- Conte, Edouard; Giordano, Christian. Sentier de la ruralité perdue; réflexions sur le post-socialism. *Études Rurales*, (138-140): 11-33, avr./déc. 195. (Paysans au-delà du mur).
- Copp, James H. *Our changing rural society; perspectives and trends*. Iowa, Iowa State University Press, 1964. 354 p.
- Coulomb, Pierre. Du secteur au territoire; vers un nouveau modèle socio-politique. *Pour*, Paris: (130/131): 21-28, sept. 1991. (Agriculture, Ruralité, Société).
- Curie, J. Caussade; G. Hajjar, V. Comment saisir les modes de vie des familles. In: *Programme Observation du Changement Social. L'esprit des lieux*. Paris: CNRS,

1986. p. 313-349.
- Dalecki, Michael; Coughenour, Milton. Agrarianism in American society. *Rural Sociology*, 57 (1): 48-64, 1992.
- Debardieux, Bernard. Le lieu, fragment et symbole du territoire. *Espaces et Sociétés*, Paris: (82/83): 13-35, 1996. (Numéro Especial: Les échelles de l'espace social)
- Defontaines, Jean-Pierre. L'agriculteur-artisan, producteur de formes. *Natures, Sciences Sociétés*, Paris: 2 (4): 337-342, 1994.
- Degenne, A. Un langage pour l'étude des réseaux sociaux. IN: PROGRAMME Observation du Changement Social. L'esprit des lieux. Paris: CNRS, 1986. p. 277-290
- Desert, G. Les campagnes à leur apogée, 1852-1880; prospérité de l'agriculture. In: *Histoire de la France rurale*. v. 6. Paris: Seuil, 1976.
- Duby, Georges. Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage. *Études Rurales*, Paris: (121-124): 11-14, jan./déc. 1991. (De l'agricole au paysage).
- Durán, Francisco Entrena. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro (11): 76-98, out. 1998.
- Eisner, Nicole. Les jeunes ruraux en prise directe avec la modernité. Mimeo.
- ; Lamarche, Hugues. Barre-de-Cévennes ou le sursaut d'une société locale. *Sociologie du Travail*, Paris: (2): 179-194, avr./mai./juin. 1983. (Numéro Especial: Sociologie du "local" et "relocalisation" do social).
- Fitchen, Janet M. Endangered spaces, enduring places; change, identity and survival in rural America. Boulder Co, Westview Press, 1991. 314 p.
- ; Spatial redistribution of poverty through migration of poor people to depressed rural communities. *Rural Sociology*, 60 (2): 181-201, 1995.
- Friedland, William H. The end of rural society and the future of rural sociology. *Rural Sociology*, 47 (4): 589-608, 1982.
- Frouws, Jaap. The contested redefinition of the countryside; an analysis of rural discourses in the Netherlands. *Sociologia Ruralis*, 38 (1): 54-68, 1998.
- Galston, William A; Baehler, Karen, J. Rural development in the United States; connecting theory, practice and possibilities. Island Press, Washington DC. 1995.
- Gavignaud, Geneviève. La révolution rurale; essai à partir du cas américain. U.S.A. Pref. de Robert Laurent. Montpellier, Horvath, 1983. 162 p.
- Gervais, Michel. Pour une analyse économique de l'urbanisation des campagnes. *Études Rurales*, (49-50): 33-41, jan./juin. 1973. (Numéro Especial: L'urbanisation des campagnes).
- Glasgow, Nina. Retirement migration and the use of services in nonmetropolitan counties. *Rural Sociology*, 60 (2): 224-243, 1995.
- Goudy, Willis. J. Community attachment in a rural region. *Rural Sociology*, 55 (2): 178-198, 1990.
- Goussios, Dimitris. The european and local context of Greek family farming. *Sociologia Ruralis*, 35 (3/4): 297-306, 1995. (Special issue: Revitalization and diversity in Mediterranean rural society).
- Goy, J. et alii. Evolution et éclatement du monde rural; France-Québec XVIIe-XXe siècles. Paris: EHESS, Presses Universitaires de Montréal, 1986. 519 p.
- Groupe de Bruges. Cultiver l'Europe; éléments de réflexion sur l'avenir de la politique agricole en Europe. Coord. Par Pierre-Yves Guihéneuf. FPH. Dossier por um débat, 52, mars 1996.

- Guillebaud, Jean-Claude. *Vive la campagne!*. Nouvel Observateur, Paris: numéro 1719 de 16-22 de outubro de 1997. p. 4-11.
- Hahn, Steven. Prude, Jonathan. *The countryside in the age of capitalism transformation; essays in the social history of rural America*. The Univers of North Carolina Press, 1985.
- Harrington, Vicki; O' Donoghue, Dan. *Rurality in England and Wales 1991; a replication and extension of the 1981 rurality index*. *Sociologia Ruralis*, 38 (2): 178-203, 1998.
- Harvois, Ivette. *La ruralité à l'horizon 2000*. Pour, 1985. (Número Especial).
- Hervieu, Bertrand. *Les agriculteurs*. 2. ed. Paris: PUF. 1996. 128 p. (Que-sais-je?)
- _____. *Les champs du futur*. Paris: Julliard, 1993. 173 p
- Hoggart, Keith. *Rural Migration and counter-urbanization in the European Periphery; the case of Andalucia*. *Sociologia Ruralis*, 37 (1): 134-153, apr. 1997.
- Hourihan, Kein. Lyons, Donald. *Service changes in a central-place system: county Typperary, Ireland, 1966-1986*. *Rural Sociology*, 60 (2): 244-259, 1995.
- Jacob Steve. Luloff. *Exploring the meaning of rural through cognitive maps*. *Rural Sociology*, 60 (2): 260-273, 1995.
- Jacobs, Jane *Cities and the wealth of nations*. Penguin Books. 1984.
- Jean, Bruno. *Agriculture et développement dans l'Est du Québec*. Québec: Press Universitaire du Québec, 1985. 431 p.
- _____. *La ruralité bas-laurentienne: développement agricole et sous-développement rural*. *Recherches Sociographiques*, 29 (2/3): 239-263, avr./déc. 1988.
- _____. *Territoires d'avenir; pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, 1997, 318 pp. 7-35.
- Johnson, Kenneth M. Beale, Calvin I. *The recent revival of widespread population growth in nonmetropolitan areas of the United States*. *Rural Sociology*, 59 (4): 655-667, 1994.
- Jollivet, Marcel; Mendras, Henri (dir.) *Les collectivités rurales françaises; 1. Étude comparative de changement social*. Paris: Armand Colin, 1971. 223 p.
- Jollivet, Marcel. *L'analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire*. In: _____. (dir.) *Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris: Armand Colin, 1974. p. 155-229.
- _____. *Sociétés rurales et capitalisme*. In: Jollivet, Marcel (dir.) *Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris: Armand Colin, 1974. p. 230-269.
- _____. (dir.) *Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris: Armand Colin, 1974. 271 p.
- _____. *Le "monde rural"*. In: Balle, Francis (apres.). *Enciclopédie de la Sociologie; le présent en question*. Paris: Larousse, 1975. p. 140- 164.
- _____. *Rente foncière et gestion des ressources naturelles; quelques remarques sur la rente foncière dans une perspective interdisciplinaire*. *Etudes Rurales*, Paris: (71/72): 257-274, juil/déc. 1978.
- _____. *Espace agricole, espace rural. Le développement local, mode ou mouvement social*. *Société Française d'Economie rurale*, session de 4 e 5 octobre 1984.
- _____. *Évolution de la société rurale; conséquences pour l'aménagement du territoire*. *B.T.I.* (421-422), 1987.
- _____. *Du paysan à l'agriculteur; le changement social dans le monde rural*. In:

- Mendras, Henri. Verret, Michel. *Les champs de la sociologie française*. Paris: Armand Colin, 1988, 272 p.
- _____. *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989, 354 p.
- _____. et alii. *Les agriculteurs, des citoyens comme les autres?* In: Coulomb, Pierre et alii. *Les agriculteurs et la politique*. Paris: Fondation nationale des Sciences Politiques, 1990. p. 491-587.
- _____. *Que reste-t-il des paysans?* In: Coulomb, Pierre et alii. *Les agriculteurs & la politique*. Paris: PFNSP, 1990, p. 491-503.
- _____. (dir.) *Sciences de la nature sciences de la société; les passeurs de frontières*. Paris: CNRS, 1992, 589 p.
- _____. *Un chapitre de l'histoire récente d'une vieille et grande question: les rapports homme-nature*. In: _____. dir. *Sciences de la nature sciences de la société; les passeurs de frontière*. Paris: CNRS, 1992, p. 25-39.
- _____; Eizner, Nicole. (dir.) *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996. 399 p.
- _____. (dir.) *Vers un rural postindustriel; rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997. 371 p. (Environnement)
- _____. *A "vocaç o atual" da sociologia rural*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro (11): 5-25, out. 1998.
- Juan, Salvador. *Les niveaux d'analyse sociologique des systèmes de représentation et des pratiques*. *Espaces et Sociétés*, Paris: (73): 13-30, 1994. (Nombre Especial: Espaces et styles de vie).
- Julliard, Etienne. *Urbanisation des campagnes*. * tudes Rurales*, (49-50): 5-9, jan./juin. 1973. (Nombre Especial: L'urbanisation des campagnes).
- Kaiser, Bernard. *Le village recomposé*. In: *Programme Observation Du Changement Social. L'esprit des lieux*. Paris: CNRS, 1986, p. 41-67
- _____. et alii. *Aujourd'hui la culture du monde rural; de l'ivraie à l'vresse*. Toulouse, Université de Toulouse Le Mirail, 1987. 193 p.
- _____. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.
- _____. et alii. (1994). *Pour une ruralité choisie*. Paris: Datar/ ditions de l'Aube.
- _____. *Agriculture et ruralité*. * tudes Rurales*, Paris: (135-136): 175-183, 1994.
- _____. *Naissance des nouvelles campagnes*. Paris: Ed. de l'Aube. 1996. 174 p.
- Lacombe, Philippe. *Agriculture, familles, exploitations*. In: Coulomb et alii. *Les agriculteurs & la politique*. Paris: PFNSP, 1990, p. 239-256.
- Lamarche, Hugues. *Localisation, délocalisation, r localisation du milieu rural*. In: *Programme Observation du Changement Social. L'esprit des lieux*. Paris: CNRS, 1986. p. 69-99.
- _____. (Coord.) *L'agriculture familiale; 1. une réalité polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1992. 304 p. (Tradu o em português *A agricultura familiar; uma realidade multiforme*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. 336 p.).
- _____. (Coord.) *L'agriculture familiale; 2. du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994. 303 p. (Tradu o em português *A agricultura familiar; uma realidade multiforme*. Campinas; Ed. Unicamp, 1994, 348 p.).
- Lautman, Jacques. *Pour une théorie de la localité*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*,

71: 321-328, 1981.

Lefebvre, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

Leger, D. Les utopies du retour. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (29): 46-63, 1979.

Lizet, Bernadette. De la campagne à la "nature ordinaire"; génie écologique, paysages et traditions paysannes. *Études Rurales*, Paris: (121-124): 169-184, jan./déc. 1991. (De l'agricole au paysage).

Luginbuhl, Yves. Le paysage rural; la couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole? *Études Rurales*, Paris: (121-124): 27-44, jan./déc. 1991. (De l'agricole au paysage).

———. Le rural pour repenser la nature? In: Jollivet, Marcel. *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 100-107.

Luxardo, H. *Rase campagne; la fin des communautés paysannes*. Paris: Aubier/Montaigne, 1984. 252 p.

Maclouf, P. (dir.) *La pauvreté dans le monde rural*. Paris: ARF/L'Harmattan, 1986. 329p.

Marié, Michel; Viard, Jean. *La campagne inventée*. Paris: Actes Sud, 1978. 232 p.

Marsden, Terry. Restructuring rurality, from order to disorder in agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, 29 (3/4): 312-317, 1989.

———. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*, 32 (2-3), 1992.

———; et alii. *Constructing the countryside*. London: UCL, 1993. 220 p. (Restructuring rural Areas 1).

Marsden, Terry. Globalização e sustentabilidade; criando espaços para alimentos e natureza. In: Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente; mudanças socioeconômicas nas regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 23-46.

Mathieu, Nicole; Bontron, J. C. Les transformations de l'espace rural. *Études Rurales*, (49-50): 137-159, jan./juin. 1973. (Número Especial: L'urbanisation des campagnes).

Mathieu, Nicole; Jollivet, Marcel (dir.). *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris: ARF/L'Harmattan, 1989.

———. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France; des années cinquante aux années quatre-vingts. *Économie Rurale*, Paris: (197): 35-41, mai-juin 1990.

———. Rural et urbain: unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. In: Jollivet, Marcel; Eizner, Nicole. (dir.) *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996. p. 187-215.

Mendras, Henri. *Sociologie de la campagne française*. Paris: PUF, 1959. (Que sais-je?)

———. *Sociétés paysannes*. Paris: A. Colin, 1976, 236 p.

———. *La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après*. Paris: Actes Sud, 1984, 437 p.

———. Un schéma d'analyse de la paysannerie française. In: Jollivet, Marcel. (dir.) *Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris: Armand Colin, 1974, p. 11-38.

- . Voyage au pays de l'utopie rustique. Paris: Actes-Sud, 1979, 162 p.
- . (dir.) L'agriculture dans le monde rural de demain: a nouveaux enjeux, droit nouveau. Paris: La Documentation Française, 1986, 160 p.
- Menéndez, Luis Sanz. Tendencias recientes en las zonas rurales: de la industrialización a los servicios? *Agricultura y Sociedad*, (36/37) jul/dec. 1985.
- Meyer, Heino von; Muheim, Philippe. Dynamiques territoriales de l'emploi. *L'Observateur de l'OCDE*, (203): déc/96-fév/97, 22-26.
- Mormont, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: Jollivet, Marcel. Eizner, Nicole. (dir.) *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996, p. 161-176.
- Muller, Pierre et alii. Les entrepreneurs ruraux; agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux. Paris: L'Harmattan, 1989, 192 p.
- Murdoch, Jonathan; Marsden, Terry. Reconstituting rurality; class, community and power in the development process. London: UCL, 1994. 256 p. (*Restructuring Rural Areas*, 2).
- Newby, Howard. *Country life; a social history of rural England*. Londres, 1987. 231 p.
- Rogers, Carolyn C. Changes in the older population and implications for rural areas. USDA (Research Report, 90).
- Nelson, Lowry. *American farm life*. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- Newby, Howard. Cambio estructural en agricultura y futuro de la sociedad rural. *Agricultura y Sociedad*, (38/39), jan/jun. 1986.
- Nygard, Berit. Storstad, Oddveig. De-globalization of food markets? Consumer perceptions of safe food; the case of Norway. *Sociologia Ruralis*, 38 (1): 36-53, 1998.
- O'neil, Brian Juan. Entre a sociologia rural e a antropologia; repensando a "comunidade" camponesa. *Análise Social*, Lisboa, 24 (103-104): 1331-1355, 1988.
- Pellegrino, P. Styles de vie et modes d'habiter. *Espaces et Sociétés*, Paris: (73): 7-12, 1994. (Número Especial: Espaces et styles de vie)
- Pellegrino, P. Epistémologie de l'espace et sociologie des lieux: espace social, représentations des lieux et transformations contemporaines de l'espace. *Espaces et Sociétés*, Paris: (48/49); 151-168, dez. 1986.
- Pernet, François. Exploitation agricole ou exploitation rurale?. In: Coulomb et alii. *Les agriculteurs & la politique*. Paris: PFNSP, 1990, p. 301-309.
- Pinkerton, James R. Hassinger; Edward W. O'Briend, David J. Inshopping by residents of small communities. *Rural Sociology*, 60 (3): 467-480, 1995.
- Pinto, José Madureira. Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos; elementos de teoria e de pesquisa empírica. Lisboa: Afrontamentos, 1985. 509 p.
- Pisani, Edgard. Pour une agriculture marchande et ménagère. Paris: l'Aube, 1994, 191 p.
- Pongratz, Hans. Cultural tradition and social change in agriculture. *Sociologia Ruralis*, 30 (1): 5-17, 1990.
- Programme Observation du Changement Social. L'esprit des lieux; localités et changement social en France. Paris: CNRS. 1986. 352 p.
- Proulx, Marc-Urban. Le rôle des territoires dans la régulation de l'économie-monde. Québec, Association des Aménagistes du Québec, 1997.
- Raffestin, Claude. De la nature aux images de la nature. *Espaces et Sociétés*, Paris:

- (82/83): 37-52, 1996. (Número Especial: Les échelles de l'espace social)
- Rambaud, Placide. (org.) *Sociologie Rurale*; recueil de textes. Paris: Mouton, 1976, 325 p. (Textes de Sciences sociales, 16).
- _____. Os agricultores poloneses em luta pela sua identidade. In: Drabik, Grazyna, Fernandes, Rubem César, org. *Polônia, o partido, a Igreja, o Solidariedade*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 202-238.
- _____. L'apport des travailleurs de la terra à la société industrielle. *Sociologia Ruralis*, 22 (2): 108-121, 1982.
- _____. Organisation du travail et identités alternatives. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 75 305-320, 1983.
- _____. La mémoire du future, les solidarités conflictuelles des agriculteurs et la construction de l'Europe. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 81: 217-237, 1986.
- Ratier-Coutrot, L. De middletown à l'OCS: les études localisées. In: *Programme Observation du Changement Social. L'esprit des lieux*. Paris: CNRS, 1986. p. 257-275.
- Ray, Christopher. Towards a theory of the dialectic of local rural development within the European Union. *Sociologia Ruralis*, 37 (3): 345-362, 1997.
- _____. Culture, intellectual property and territorial rural development. *Sociologia Ruralis*, 38 (1): 3-20, 1998.
- Redfield, Robert. *The little community. Peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- Regazzola, Thomas. Le territoire dans l'ère pos-agricole. *Espaces et Sociétés* (69): 121-134.
- Rémy, Jean. Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne. *Espaces et Sociétés*, Paris: (72): 31-47, 1993.
- Ritaine, Evelyne. La modernité localisée? leçons italiennes sur le développement régional. *Revue Française de Science Politique*, Paris: 39 (2): 154- , avril, 1989.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz. Do rural ao urbano; o associativismo como estratégia de sobrevivência. *Análise Social*, Lisboa: 22 (91) 313- 379, 1986.
- Sachs, Ignacy. *Quelles villes pour quel développement*. Paris: PUF, 1996.
- Salamon, Sonya; Tornatore, Jane B. Territory contested through property in a midwestern pos-agricultural community. *Rural Sociology*, 59 (4): 636-654, 1994.
- Santos, Boaventura de Souza. O espaço da introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, (22): 5-12, abr. 1987. (Espaço e Industrialização)
- Sarraceno, Elena. O conceito de ruralidade; problemas de definição em escala europeia. *Unine, CRES*, 1996. Trad. Angela Kageyama.
- Sauvin, Thierry. L'assise territoriale du développement durable. *Nature Sciences Sociétés*, Paris: 6 (2): 55-58, 1998.
- Schejtman, Alexander. La cuestion urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. *FAO*, 1998. mimeo.
- Shucksmith, Mark. Chapman, Pollyanna. Rural development and social exclusion. *Sociologia Ruralis*, 38 (2): 225-242, 1998.
- Singelmann, Joachim. Will rural areas still matter in the 21st Century? (or) Can rural sociology remain relevant? *Rural Sociology*, 61 (1): 143-158, spring 1966.
- Sivignon, Michel. La question de l'habitat rural. In: Lamarche, Hugues (coord.)

- Mutation et transition des modèles de production agricole en Europe de l'Ouest et de l'Est. Paris, Commission Européenne, CNRS, Groupe de Recherche sur les Mutations des Sociétés Européennes, 1996. 489 p.
- Stanek, Oleg. Dynamique de la structuration de l'espace agricole: l'exemple de l'Est du Québec des années trente. *Histoire Sociale - Social History*, 20 (39): 101-128, mai. 1987.
- Stinner, William F. et alii. Community size, individual social position and community attachment. *Rural Sociology*, 55 (4): 494-521, 1990.
- Terrason, Daniel; Le Floch, Sophie. La notion de paysage: au-delà des formes, les liens entre les hommes et les territoires. *Nature Sciences Sociétés*, 3 (4): 348-351, 1995.
- Von Meyer, Heino. Les enseignements des indicateurs territoriaux. *L'Observateur de l'OCDE*, (210): 5-8, 1998.
- Voynet, Dominique. Agir localement, penser globalement: slogan mythique ou réalité opérationnelle? *Natures, Sciences Sociétés*, Paris, 5 (4): 55-58, 1997.
- Warner, W. Keith. Rural society in a post-industrial age. *Rural Sociology*, 39 (3): 306-318, 1974.
- Weintraub, Dov. Traditions and development, another look at some still unresolved problems. *Rural Sociology*, 37 (4): 578-590, 1972.
- Wilkening, E. A. some perspectives on change in rural societies. *Rural Sociology* 29 (2): 1-17, 1964.
- Willems, Emilio. Mudanças estruturais-funcionais em comunidades camponesas de cinco países europeus. *Revista de Antropologia*, São Paulo: 8 (2): 113-132. dez. 1960
- Williams, Howard. Three types of rural welsh community. *Sociologia Ruralis*, 16 (4): 279-289, 1976.
- Williams, Raymond. O campo e a cidade; na História e na Literatura. S. Paulo, Companhia das Letras, 1989. 439 p.
- Williams, Raymond. Plaisantes perspectives, invention du paysage et abolition du paysan. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (17/18): 29-36, 1977.
- Willits, Fern K. Luloff, A E. Urban residents views of rurality and contacts with rural places. *Rural Sociology*, 60 (3): 454-466, 1995.
- Yruela, Manuel Perez. Spanish rural society in transition. *Sociologia Ruralis*, 35 (3/4): 277-296, 1995. (Special issue: Revitalization and diversity in Mediterranean rural society)
- Zonabend, F. La mémoire longue; temps et histoires au village. Paris: PUF, 1980.

Páginas consultadas e documentos obtidos através da internet

- Commission Européenne. Direction Générale pour l'Agriculture (DG VI). Évolutions du monde rural. Julho 1997. (PAC 2000. Document de Travail).
- Confédération Paysanne. Agriculture paysanne; une agriculture au service de la Société. <http://www.confederationpaysanne.fr>, acessado em 5/5/00.
- Conseil de l'Europe. Assemblée parlementaire. Recommandation 1296 (1996) relative à une Charte européenne de l'espace rural. <http://stars.coe.fr>, acessado em 22/2/00.

- ERS. (Economic Research Service). Understanding Rural America. <http://www.ers.usd.gov>. Acessado em 4/2/00.
- Escobar, Germán P. Algunas ideas en torno a las relaciones entre pobreza y el ambiente en el medio rural. <http://www.rimisp.acassado> em 13/11/99.
- Hervieu, Bertrand. Agriculture et développement rural; la nécessaire convergence. <http://www.rural-europe.acidl.be>, acessado em 2/7/98.
- Insee. Vue d'ensemble; villes et campagnes: nouvezu éclairages, nouvelles questions. <http://www.insee.fr>, acessado em 14/2/00.
- Kaysers, Bernard. A cultura, uma alavanca para o desenvolvimento local. <http://www.rural-europe.acidl.be>, acessado em 2/7/98.
- Kolosy, Katalyn. Le développement local; réflexion pour une définition théorique du concept. <http://www.rural-europe.acidl.be>, acessado em 25/8/99.
- Leader. <http://www.rural-europe.acidl.be>.
- Requier-Desjardins, Denis. El concepto económico de proximidad; impacto para el desarrollo sustentable. <http://www.globonet.org/horizon-local>, acessado em 25/8/99.
- _____. Dimensions territoriales du développement durable. <http://www.globonet.org/horizon-local>, acessado em 25/8/99.
- OCDE. L'agriculture dans un monde en mutation: quelles politiques pour demain. Réunion du Comité de l'Agriculture. <http://www.oecd.org>, acessado em 19/8/99.
- _____. Programme de travail de l'OCDE sur le développement durable. Document de discussion sur le travail à effectuer pendant la période 1998-2001. <http://www.oecd.org>, acessado em 6/11/98.
- _____. The rural and regional development programm. <http://www.oecd.org>, acessado em 21/6/99
- _____. Remote rural areas: developing through natural and cultural assets. International Conference. Albarracín, Espanha, 5-6 nov. 1998, <http://www.oecd.org>, acessado em 22/6/99.
- Solidarité Rurale du Québec. <http://www.solidarite-rurale.qc.ca/>
- USDA. US Census Bureau. Urban and rural definitions. <http://www.census.gov/population>, acessado em 22/2/00.

Resumo: (*A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*) O artigo propõe uma reflexão sobre as transformações do mundo rural nas sociedades modernas avançadas. Tendo como eixo central a afirmação de que o rural permanece uma categoria pertinente para a análise destas sociedades, o trabalho baseia-se em uma bibliografia relativamente pouco difundida no Brasil e considera especialmente as relações entre o mundo rural e o mundo urbano, as transformações da agricultura e os novos contornos da ruralidade.

Palavras-chave: meio rural; ruralidade; desenvolvimento rural.

Abstract: (*The emergence of a new rurality in the advanced societies. The “rural” as a singular space and collective actor*). The article offers a reflection about transformations of the rural world in modern advanced societies. Having as its principal point the affirmation that the «rural» remains an appropriate category for the analysis of those societies, the work is based on a bibliography little diffused in Brazil and considers in particular the relations between the rural and the urban world, agricultural transformations and the shaping of a new rurality

Key words: countryside; rurality; rural development.

Maria de Nazareth Baudel
Wanderley é professora visitante
da UFPE. Bolsista CNPq.

Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.